

Ofício nº 153/2018/AA-CD-ANA  
Documento nº 00000.053135/2018-13

Brasília, 30 de agosto de 2018.

Ao Senhor  
JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR  
Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental  
Ministério do Meio Ambiente  
SEPN 505, Lote 02, Bloco B, Sala 112 - Edifício Marie Prendi Cruz  
70.730-542 – Brasília – DF

Assunto: **Relatórios de prestação de contas ao CNRH sobre a aplicação em 2015 dos recursos da cobrança pelo uso da água e de ações a serem priorizadas no biênio 2019-2020 - Resolução CNRH nº 195/2018.**

Referência: Processo SEI nº 02000.202986/2017-32

Senhor Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental,

1. Em atendimento à Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH nº 70, de 19 de março de 2007, alterada pelas Resoluções CNRH nº 97/2007, 161/2014 e 195/2018, encaminhamos a Nota Técnica nº 104/2018/CPLIN/GGES (doc. Próton nº 051023/2018) com as ações a serem priorizadas no biênio 2019-2020, bem como a Nota Técnica nº 107/2018/CPLIN/GGES (doc. Próton nº 052171/2018) com a prestação de contas ao CNRH sobre a aplicação em 2015 dos recursos da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648 de 1998, em atenção ao Ofício nº 53406/2017-MMA (doc. Próton nº 080632/2017).

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
CHRISTIANNE DIAS FERREIRA  
Diretora-Presidente



Nota Técnica nº 107/2018/CPLIN/GGES  
Documento nº 00000.052171/2018-51

Em 24 de agosto de 2018.

Aos Senhores Diretores

Assunto: **Prestação de contas ao CNRH sobre a aplicação em 2015 dos recursos da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648/1998.**  
Referência: 02501.000313/2018-80

1. Em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 53406/2017-MMA (doc. nº 80632/2017) e conforme informado no Ofício nº 6/2018/GAB-ANA (doc. nº 03273/2018), esta Coordenação, após preparar a prestação de contas dos anos 2016 e 2017, vem apresentar neste documento a prestação de contas ao CNRH sobre a aplicação em 2015 dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo Art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000.

2. A estrutura do documento está organizada da seguinte forma:

- A. Valor da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em 2015 - ANEEL;
- B. Prioridades definidas pela Resolução CNRH nº 147, de 13 de dezembro de 2012 e a correlação com o Plano Gerencial Interno da Agência;
- C. Plano Gerencial Interno – PGI da ANA;
- D. Dados orçamentários e financeiros da aplicação dos recursos da cobrança em 2015;
- E. ANEXO I - Monitoramento orçamentário 2015 – SIOP;
- F. ANEXO II - Monitoramento PPA 2016-2019 – ano base 2015 – SIOP;

#### **A. Valor da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em 2015- ANEEL**

3. A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas – ANA com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, em seu artigo 28 fez alterações no Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, tendo sido definido que 0,75% do valor da energia hidrelétrica produzida (0,75% x Energia gerada x TAR) se constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos e devem ser aplicados na implementação da PNRH. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL é a instituição responsável pela apuração do valor a ser transferido à ANA por meio das leis orçamentárias anuais.

4. No exercício de 2015 a dotação da Fonte 183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, na programação da Agência Nacional de Águas – ANA (UO 44205) foi de **R\$ 271.180.533** (duzentos e setenta e um milhões, cento e oitenta mil e quinhentos e trinta e três reais).

**B. Prioridades definidas pela Resolução CNRH nº 147, de 13 de dezembro de 2012 e a correlação com o Plano Gerencial Interno da Agência**

5. As prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para o exercício de 2015 foram definidas pela Resolução CNRH nº 147, de 13 de dezembro de 2012, de acordo com seu art. 1º abaixo reproduzido:

---

*"Art. 1º A aplicação dos recursos provenientes da cobrança de que trata o inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, **dar-se-á, excepcionalmente, até o ano de 2015, conforme as prioridades definidas na Resolução CNRH nº 135, de 14 de dezembro de 2011.**"*

---

6. Com intuito de apresentar os dados da aplicação de recursos da cobrança do exercício de 2015 foi elaborado um quadro esquemático a partir do anexo da Resolução CNRH nº 135/2011, em que foi feita uma correlação entre as Prioridades, Programas e Subprogramas Priorizados do PNRH 2012-2015 e as ações do Plano Gerencial Interno da Agência Nacional de Águas, conforme apresentado no Quadro I a seguir:



**Quadro I – Correlação dos Programas Priorizados do PNRH (Res. CNRH nº 147/2012 e 135/2011) com as Ações do Plano Gerencial Interno da ANA**

PRIORIDADES DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 2012-2015		PROGRAMA	SUBPROGRAMA	AÇÃO.PLANO ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO PGI
1.	Apoio à criação de novos Comitês de Bacia e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.	Programa II – Desenvolvimento Institucional da GIRH no Brasil.	Subprograma II.1 - Organização e apoio ao SINGREH	20W1.0009	G008 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Ag. em BH
			Subprograma II.2 - Apoio à Organização de SEGRHs.		
2.	Ampliação do Cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos.	Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos	Subprograma III.1 - Cadastro Nacional de Usos e Usuários	20W1.0008	F001 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
3.	Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional	Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos	Subprograma III.2 - Rede hidrológica quali- quantitativa nacional	2378.0000	H001 - Modernização da Rede Hidrometeorológica
			Subprograma III.3 - Processamento, armazenamento, interpretação e difusão de informação hidrológica	2378.0001	H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica
				20W1.000D	H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais
4.	Desenvolvimento do SNIRH e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos, integrados ao SNIRH.	Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos	Subprograma III.8 - Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos – SNIRH	20W1.0001	I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos
5.	Elaboração de Planos de Recursos Hídricos.	Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos	Subprograma III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos hídricos em classes de uso	20W1.0004	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos
6.	Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.				
12.	Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos				
7.	Definição de critérios de outorga para diferentes situações.	Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos	Subprograma III.4 - Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos	4926.0001	R001- Regulação dos Usos de Rec. Hídr., dos Serv. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens
11.	Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água	Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos	Subprograma III.9 - Apoio ao desenvolvimento de sistemas de suporte à decisão		
9.	Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.	Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos	Subprograma III.5 - Subprograma nacional de fiscalização do uso de recursos hídricos	4926.0002	F002- Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens
13.	Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos	Programa IV – Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em GIRH.	Subprograma IV.1 - Desenvolvimento, consolidação de conhecimento, inclusive os conhecimento tradicionais e de avanços tecnológicos em gestão de recursos hídricos.	20W1.0006	G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos
15.	Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do SINGREH e para a sociedade		Subprograma IV.2 - Capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão integrada de recursos hídricos		
14.	Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o SINGREH.		Subprograma IV.3 - Comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos	20W1.0000	D001 - Agenda Internacional e Apoio a Eventos
16.	Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteira e transfronteiriços.	Programa I – Estudos Estratégicos de Recursos Hídricos	Subprograma I.3 - Implementação prática de compromissos internacionais em corpos de água transfronteiriços e desenvolvimento de instrumentos de gestão e de apoio à decisão, compartilhamento com países vizinhos		



PRIORIDADES DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 2012-2015		PROGRAMA	SUBPROGRAMA	AÇÃO.PLANO ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO PGI
17.	Mapeamento e avaliação de áreas vulneráveis a eventos extremos.	Programa VI – Usos Múltiplos e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.	Subprograma VI.1 - Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos críticos	20W1.000B	U001 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos
18.	Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas.	Programa VI – Usos Múltiplos e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.	Subprograma VI.5 - Conservação de solos e água - Manejo de microbacias no meio rural	20W1.0007	P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água
			Subprograma VI.4 - Intervenções integradas de saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano.	20W1.000A	P001 - Remoção de Cargas Poluidoras de B. Hidrográficas - PRODES
19.	Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.	Programa VII – Programas Setoriais voltados para os Recursos Hídricos.	Subprograma VII.1 - Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES).		
21.	Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.	Programa V – Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intrainstitucional da Gestão de Recursos Hídricos.	Subprograma V.2 - Compatibilização e integração de projetos setoriais e incorporação de diretrizes de interesse da GIRH	20W1.0003	P003 - INTERÁGUAS
20.	Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado.		Subprograma V.1 - Avaliação de impactos setoriais na gestão de recursos hídricos		
8.	Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento for aprovado pelo Comitê de Bacia.	Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos	Subprograma III.7 - Aplicação de instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos		
10.	Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no SINGREH.	Programa II – Desenvolvimento Institucional da GIRH no Brasil.	Subprograma II.4 - Sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos		
22.	Implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEOR/PNRH).	Programa XIII – Gerenciamento Executivo, Monitoramento e Avaliação da Implementação do PNRH.			
<b>Sem correspondência na Resolução CNRH nº 147/2012</b>				12DS	12DS - Construção do Prédio Anexo ao Bloco M da ANA
				20W1	P002 - Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais
				2000	2000 - Administração da Unidade

FONTES: Res. CNRH nº 147/2012 e 135/2011; SISPLANA; SIOP.

7. A análise do Quadro I indica que as ações do Plano Gerencial da Agência - PGI da Agência contribuem para a implementação de mais de um subprograma do Plano Nacional de Recursos Hídricos, como é o caso das ações G007 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos, P006 – Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água, P001 – Prodes e D001 – Agenda Internacional e Apoio a Eventos.

8. Como pode ser observado ainda no Quadro I, apenas 3 (três) ações do Plano Gerencial Interno da ANA não encontram correspondência nas Prioridades, Programas e Subprogramas definidos na Resolução nº 135/2011, quais sejam: P002 – Gestão Integrada de Águas Subterrâneas; 2000 – Administração da Unidade e 12DS – Construção do Prédio Anexo ao Bloco M.

9. E identificou-se ainda que em 4 (quatro) prioridades não há correlação com as ações do Plano Gerencial Interno, pois não requerem obrigatoriamente alocação de recursos pela Agência para sua implementação, como é o caso das prioridades 8, 10, 20 e 22, que tratam da implantação da cobrança em comitês, implementação de fundos de recursos hídricos, avaliação integrada das demandas de recursos hídricos e sistema de gerenciamento do PNRH.

### **C. Plano Gerencial Interno – PGI da ANA**

10. Para melhor compreensão do escopo das ações do Plano Gerencial Interno – PGI da ANA, é apresentado a seguir a finalidade e descrição das ações e planos orçamentários.

11. Cabe informar que detalhes do PGI podem ser obtidos no seguinte endereço eletrônico: <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/acesso-a-informacao/despesas>.



**Quadro II – Descrição das Ações do PGI**

Plano Gerencial Interno da ANA		LOA 2015
Ação	Ação/Plano Orçamentário	Descrição/Finalidade
<b>G008 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Ag. em BH</b>	20WI. 0009	Apoio técnico e financeiro, através de atuação direta ou indireta, por intermédio dos órgãos gestores e instituições do SINGREH, as iniciativas voltadas para criação e funcionamento de comitês e agências de águas, bem como para a estruturação e fortalecimento das entidades do sistema visando à implementação e integração dos processos de gestão de recursos hídricos
<b>F001 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos</b>	20WI.0008	A ação contempla: - atualização e aperfeiçoamento de sistema computacional do banco de dados de usuários de água, incluindo os módulos de outorga e cobrança; - articulação com as instituições representativas dos setores produtivos para identificação dos usuários de água e com as entidades classificadoras das atividades produtivas; - articulação com os órgãos estaduais e do Distrito Federal gestores de recursos hídricos, para verificação dos dados existentes e dos sistemas de armazenamento de dados utilizados para agregação dos dados de interesse de cada sistema informatizado de cadastramento; - atualização do manual de operação e manutenção do sistema, para os vários níveis de usuários.
<b>H001 - Modernização da Rede Hidrometeorológica</b>	2378.0001	Modernização da estrutura operacional da Rede Hidrometeorológica Nacional, por meio da aquisição, instalação e operação de equipamentos dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados melhorando a qualidade dos dados e minimizando o tempo para sua disponibilização. O Projeto foi concebido para promover a modernização operacional da Rede Hidrometeorológica, com a previsão de aquisição de equipamentos operacionais e de campo, instalação e a operação destes equipamentos em aproximadamente 270 estações por ano. A Rede Hidrometeorológica tem a finalidade de gerar dados e informações hidrometeorológicas para o gerenciamento dos recursos hídricos, objetivando disponibilizar tais informações para estudos de inventário de potenciais energéticos, planejamento de projetos objetivando a utilização dos recursos hídricos, estudos hidrológicos, elaboração de planos de bacias, estudos específicos, etc. Além disso, a automatização das estações de monitoramento hidrológico permitirão uma melhoria significativa no monitoramento das bacias hidrográficas brasileiras e na qualidade das informações, uma vez que haverá um acompanhamento em tempo real da situação hidrológica, visando facilitar a gestão desses recursos hídricos
<b>H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica</b>	2378.0000	Operacionalização, aquisição, instalação e operação de equipamentos da rede hidrometeorológica. Dispor de dados e informações hidrometeorológicas para o gerenciamento do uso dos recursos hídricos, pesquisa, inventário de potenciais energéticos, planejamento de empreendimentos, projetos e fiscalização de aproveitamentos hídricos. Obtenção de informações sobre a quantidade e qualidade dos recursos hídricos no País por meio da Rede Hidrometeorológica Nacional, especialmente sobre a capacidade, potencial, disponibilidade e qualidade de água de nossas Bacias Hidrográficas, além do regime das chuvas em todo o território nacional. A Rede Hidrometeorológica sob responsabilidade da ANA possui cerca de 4500 estações de monitoramento que visam realizar a coleta de dados de nível, vazão, sedimento e qualidade da água dos rios brasileiros, bem como a precipitação em todo território nacional. A ANA analisa, também, a consistência dos dados hidrológicos e disponibiliza as informações em banco de dados. Esses dados hidrológicos são disponibilizados à sociedade no portal de Internet do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH). Essas informações são imprescindíveis para as ações da Agência, como por exemplo, nas concessões de uso da água nos rios de domínio da união, além de subsidiar os trabalhos dos Comitês de Bacia e demais órgãos representantes da sociedade. São também importantes para os usuários, públicos e privados, que de alguma forma intervenham no uso da água da rede hidrográfica nacional, através da gestão ou preservação do recurso hídrico em geral.
<b>H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais</b>	20WI.000D	Disponibilização, no país, de uma rede de avaliação da qualidade de água que permitirá a definição mais precisa dos investimentos a serem feitos para redução da poluição hídrica, bem com a avaliação dos resultados dos investimentos já realizados. Para tanto, o projeto está estruturado em 4 componentes, a saber: 1 - Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade da Água: objetiva eliminar as lacunas geográficas e temporais no monitoramento da qualidade da água no país e será executada por meio da aquisição de equipamentos de monitoramento e de apoio laboratorial e no custeio das campanhas sistemáticas de coleta de amostras de qualidade de água, em conjunto com os Estados da Federação; 2 - Padronização: visa a dotar o país de procedimentos padronizados de coleta e análise de amostras de qualidade da água e fomentar a adoção de parâmetros mínimos a serem monitorados em todo o território nacional, de forma a permitir a comparabilidade dos resultados e uma avaliação da evolução temporal da qualidade das águas; 3 - Laboratórios e Capacitação: visa aumentar a confiabilidade dos resultados obtidos nas análises de qualidade de água, capacitando equipes de campo e de laboratório na utilização dos equipamentos e incentivando programas de controle de qualidade interlaboratoriais; 4 - Avaliação da Qualidade da Água: com base nos resultados dos demais componentes, essa etapa visa disponibilizar à sociedade avaliações da qualidade de água, por meio da publicação de relatórios e disponibilização em sítio da internet, de forma a subsidiar a definição e avaliar os resultados de políticas públicas de controle da poluição hídrica.
<b>I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos</b>	20WI.0001	Desenvolvimento e implementação de novos subsistemas e módulos do SNIRH. Execução de manutenções corretivas e evolutivas dos subsistemas e módulos implementados, com identificação e correção de problemas técnicos ou funcionais encontrados no sistema, devido a erros ou ambigüidades na execução ou nos requisitos dos sistemas. Adição de novas funcionalidades ou alteração nas funcionalidades já existentes dos subsistemas e módulos implementados, a fim de atender a mudanças nos requisitos dos módulos ou adequação dos módulos quanto à evolução tecnológica. Aquisição, atualização e manutenção da infraestrutura computacional do SNIRH. Administração da infraestrutura computacional do SNIRH.



Plano Gerencial Interno da ANA		LOA 2015
Ação	Ação/Plano Orçamentário	Descrição/Finalidade
<b>E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos</b>	20WI.0004	A ação contempla de maneira sucinta o desenvolvimento dos seguintes conteúdos: (a) diagnóstico consolidado da realidade dos recursos hídricos nas bacias; (b) cenarização quanto à situação dos recursos hídricos da bacia, considerando um cenário tendencial e uma visão de futuro; uma prospecção quanto a cenários alternativos; e as alternativas de compatibilização entre disponibilidades e demandas, bem como entre os interesses internos e externos à bacia, considerados esses cenários e as fontes internas e externas (c) o plano propriamente dito, traduzido por um conjunto de metas e diretrizes para que a visão de futuro da bacia – a realidade desejada – seja gradualmente construída nos horizontes previstos; um conjunto de programas, projetos e ações para promover a transformação da realidade existente na realidade desejada; as diretrizes para aplicação dos instrumentos de gestão e aperfeiçoamento do arranjo institucional; e um conjunto de indicadores para acompanhar a implementação do plano e a consecução de suas metas. (d) propostas de enquadramento, no âmbito dos planos, que consistem na definição de padrões de enquadramento de corpos d'água, estabelecendo metas ou objetivos de qualidade da água (classes estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 357) a serem alcançados ou mantidos em um segmento de corpo de água, de acordo com os usos preponderantes pretendidos, ao longo do tempo. (e) desenvolvimento de estudos de recursos hídricos decorrentes de planos já elaborados, visando o detalhamento de programas voltados para sua implementação, ou subsídios técnicos para o processo de planejamento dos setores relacionados a recursos hídricos. (f) desenvolvimento de relatórios e informações sobre a conjuntura dos recursos hídricos no país. Os planos de recursos hídricos previstos para o período 2012-2015 poderão ser elaborados para as seguintes bacias hidrográficas: Paranaíba, PiranhasAçu, Uruguai, Alto Paraguai, Grande, Paranapanema e afluentes da Margem Esquerda do Rio Amazonas
<b>R001 - Regulação dos Usos de Rec. Hídr., dos Serv. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens</b>	4926.0001	1) A regularização dos usos de recursos hídricos, a definição de marcos regulatórios de uso da água e as alocações negociadas de água, que se iniciam pelo Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH. Para efeito de análise técnica dos pedidos de outorga, a Superintendência de Regulação – SRE deve contar com sistemas de apoio à decisão que contemplem algoritmos de análise de balanço hídrico quali-quantitativo, base de dados georreferenciados de demanda e oferta hídrica, incluindo interferências hidráulicas como barragens de regularização. Esses sistemas se integram ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH, o qual também envolverá os sistemas estaduais de recursos hídricos. Inclui também a sistematização dos procedimentos e critérios de outorga e dos índices de eficiência de uso da água por tipologia e a descentralização das atividades de outorga para os estados mediante delegação. 2) a regulação, quando envolverem corpos d'água de domínio da União, da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, cabendo-lhe, inclusive, a disciplina, em caráter normativo, da prestação desses serviços, bem como a fixação de padrões de eficiência e o estabelecimento de tarifa, quando cabíveis, e a gestão e auditoria de todos os aspectos dos respectivos contratos de concessão, quando existente. 3) Regulação dos critérios e procedimentos de segurança de barragens
<b>F002 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens</b>	4926.0002	Fiscalização do uso dos recursos hídricos por meio de vistorias técnicas em bacias hidrográficas prioritárias e pelo atendimento a denúncias no País e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, além de fiscalizar a segurança de barragens. Contempla também o desenvolvimento de projetos pilotos de monitoramento quali-quantitativo de medição de vazão de usuários.
<b>G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos</b>	20WI.0006	Promoção de cursos para conselhos de recursos hídricos, comitês de bacias hidrográficas, órgãos gestores de recursos hídricos, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, setores usuários e sociedade em geral
<b>D001 - Agenda Internacional e Apoio a Eventos do SINGREH</b>	20WI.0000	Apoio a projetos, iniciativas e eventos que visam à conservação e gestão de recursos hídricos, com a participação de setores usuários de água e instituições internacionais de interesse comum, por meio de ações de: comunicação, capacitação de recursos humanos, intercâmbio de informações e experiências relativas à gestão de recursos hídricos, participação em fóruns e eventos, relacionamento com agências do Sistema ONU, organismos multilaterais, tratados e blocos governamentais, além de iniciativas bilaterais que contribuem para o cumprimento do papel institucional da Agência. Esses projetos possibilitam a qualificação dos servidores da ANA, ao permitir o intercâmbio de conhecimentos e de experiências com outras instituições similares e com desafios semelhantes.
<b>U001 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos</b>	20WI.000B	A prevenção e minimização de efeitos de secas e inundações podem ser alcançadas, tanto por meio da gestão de suas consequências sobre o meio ambiente e sobre a população, quanto por intermédio de medidas não-estruturais e estruturais de prevenção e defesa contra estes eventos. A ação, que foi estruturada no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, prevê o acompanhamento das condições hidrológicas dos principais sistemas hídricos nacionais de modo a identificar possíveis ocorrências de eventos críticos, permitindo a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos destes eventos. Parte desse acompanhamento é materializada através de boletins mensais de monitoramento de bacias ou de sistemas prioritários. Em alguns casos, quando verificada situação crítica e/ou com potencial para tal, também são elaborados boletins de monitoramento com frequência maior. Adicionalmente, será apoiada a implantação de sistemas de alerta de cheias que propiciem a adoção de medidas preventivas que minimizem os prejuízos decorrentes das inundações. Para o desenvolvimento desta ação, foi implantada a Sala de Situação da Agência Nacional de Águas, que funciona como um centro de gestão de situações críticas e subsidia a tomada de decisões e também está sendo elaborado o Atlas de Vulnerabilidade às Inundações, em conjunto com os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e a Defesa Civil.



Plano Gerencial Interno da ANA		LOA 2015
Ação	Ação/Plano Orçamentário	Descrição/Finalidade
P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	20WI.0007	Apoio ao desenvolvimento de práticas conservacionistas tendo como foco de planejamento o manejo integrado de sub-bacias hidrográficas, prevendo-se controle de processos erosivos, a redução da poluição gerada pelo aporte de sedimentos e produtos químicos lançados por atividades agrícolas em águas superficiais e subterrâneas, possibilitando o aumento da infiltração e a retenção da água no solo viabilizando a recarga de aquíferos, a redução do escoamento superficial, e o incremento da disponibilidade hídrica para múltiplos usos, além da preservação e conservação da biodiversidade. Promoção do desenvolvimento da agricultura e da pecuária sustentável, tendo a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e a organização dos produtores como estratégia para promover a melhoria da produtividade agrícola e o uso de tecnologias adequadas sob o ponto de vista ambiental, econômico e social. Desenvolvimento de projetos pilotos ou demonstrativos e experiências visando o uso racional da água e o reúso em suas múltiplas aplicações como práticas que possam ser adotadas como difusoras e multiplicadas nas bacias hidrográficas. Apoio ao desenvolvimento de ações voltadas ao combate à desertificação e a identificação de fontes alternativas de abastecimento de água. Apoio a realização de diagnóstico-sócio ambiental e elaboração de projetos no âmbito do Programa Produtor de Água. Realização e apoio a eventos voltados para a conservação, os usos racional e múltiplo e o reúso de água e outros que tenham os recursos hídricos como tema, visando a promoção da sua disponibilidade para atendimento aos diversos usos
P001 - Prodes	20WI.000A	A Agência Nacional de Águas - ANA busca implementar ações voltadas para a recuperação e a gestão de cursos d'água. Dentre as ações, destaca-se a remoção de cargas poluidoras de Bacias Hidrográficas integrantes do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas -PRODES, que incentiva os municípios a implantarem e a operarem sistemas de tratamento de esgotos visando reduzir as cargas de poluição lançadas nos rios e córregos nacionais. O PRODES também é conhecido como "programa de compra de esgoto tratado", sendo uma iniciativa inovadora, pois em vez de financiar obras ou equipamentos, paga-se pelo esgoto efetivamente tratado, ou seja, pelo resultado alcançado. Consiste, portanto, no pagamento ao prestador de serviço de saneamento, de até 50% do valor do investimento estimado para a implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Os pagamentos são liberados somente a partir do início da operação da ETE, mediante o cumprimento de determinadas metas de eficiência de tratamento e de carga poluidora abatida.
P003 - INTERÁGUAS	20WI.0003	Compreende a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, visando o fortalecimento institucional dos órgãos de planejamento e gestão de recursos hídricos por meio do apoio técnico à atualização e adequação da legislação, criação/implementação e fortalecimento de órgãos gestores, organizações de usuários e comitês de bacia e criação, regulamentação ou operacionalização de fundos estaduais de recursos hídricos, regulamentação da outorga, implantação de cadastro de usuários de águas de bacias hidrográficas e de sistemas de outorga e cobrança, estabelecimento da cobrança pelo uso da água, elaboração de estudos técnicos e Planos de Recursos Hídricos, inclusive a elaboração de estudos e diagnósticos intersetoriais, bem como detalhamento de programas previstos nos planos de bacias para compatibilização dos usos múltiplos das águas, o desenvolvimento e implantação de sistemas de informações hidrometeorológicas, preparação de estudos de recursos hídricos ou pesquisas aplicadas e capacitação de técnicos.
12DS - Construção do Prédio Anexo ao Bloco M	12DS	Construção de prédio anexo ao Bloco M, onde está instalada a administração central da Agência Nacional de Águas. O novo prédio será construído em terreno de propriedade do Ministério da Ciência e Tecnologia, no Setor Policial Sul, em Brasília - DF. Com área total de 4.760 m², dispostos em dois pavimentos, a construção visa à ampliação e adequação das instalações da ANA, para abrigar seu corpo de servidores e a implantação de dispositivos e equipamentos de segurança para toda a organização. Objetiva-se, com isso, ampliar a área predial da Agência Nacional de Águas para instalação de corpo de servidores aprovado em concurso público e remanejamento de parte do quadro de pessoal ativo da Agência, hoje instalado em prédios de outros órgãos, assegurando condições adequadas para a integração entre os servidores e o desenvolvimento organizacional, proporcionando boas condições de trabalho para propiciar agilidade e qualidade aos processos desenvolvidos
P002 - Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	20WI.0002	Elaboração de estudos hidrogeológicos em aquíferos de regiões metropolitanas, interestaduais e transfronteiriços para fomentar a gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas, conforme previsto no Programa Nacional de Águas Subterrâneas-PNAS/PNRH; o planejamento e a coordenação da rede nacional de monitoramento de águas subterrâneas; a formulação de ferramentas específicas para a gestão integrada de recursos hídricos, apoio aos Estados no gerenciamento de aquíferos compartilhados
2000 - Administração da Unidade	2000	Com a finalidade de constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, a ação compreende: serviços administrativos ou de apoio; manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; despesas com tecnologia de informação e comunicações, sob a ótica "meio", que incluem o desenvolvimento de sistemas de informações, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e administrativos de apoio, desde que voltados à administração geral de cada Órgão; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins; realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade.

FONTE: SIOP e SISPLANA

#### **D. Dados orçamentários e financeiros da aplicação dos recursos da cobrança em 2015**

12. Por fim são apresentados no Quadro III os dados de execução orçamentária/financeira do exercício de 2015 relacionado às prioridades. Dos dados constata-se que **89,4%** dos recursos da cobrança foram alocados nas prioridades definidas na Resolução CNRH nº 135/2011, o que corresponde a R\$ 242.319.336 (duzentos e quarenta e dois milhões, trezentos e dezenove mil e trezentos e trinta e seis).

13. Os dados da execução são apresentados por ação/plano orçamentário com valores globais e com dados segregados por grupo de natureza de despesa, sendo 3 – Outras Despesas Correntes e 4 - Investimentos. Os conceitos dos dois grupos são apresentados abaixo, segundo o Manual Técnico do Orçamento de 2018:

##### **“3 - Outras Despesas Correntes**

Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

##### **4 - Investimentos**

Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. “

14. Cabe esclarecer que a execução de contratos de prestação de serviços como consultorias, elaboração de estudos e diagnósticos, licenças de software e os contratos do PROGESTÃO, RNQA etc são classificados como despesas correntes.



Quadro III – Execução Orçamentária e Financeira 2015

PRIORIDADES DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 2012-2015		AÇÃO.PLANO ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO PGI	%	GND	Dotação	Empenhado	Liquidado	Pago	
1.	Apoio à criação de novos Comitês de Bacia e ao fortalecimento dos Comitês já existentes.	20WI.0009	G008 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Ag. em BH	12,8%	3	R\$ 34.642.222	R\$ 33.021.675	R\$ 33.021.675	R\$ 19.012.893	
2.	Ampliação do Cadastro de Usos e Usuários de Recursos Hídricos.	20WI.0008	F001 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	0,1%	3	R\$ 350.000	R\$ 183.310	R\$ 183.310	R\$ 151.869	
3.	Estruturação, ampliação e manutenção da rede hidrometeorológica e da rede hidrogeológica nacional	2378.0000	H001 - Modernização da Rede Hidrometeorológica	23,5%	3	R\$ 40.500.000	R\$ 37.417.401	R\$ 37.417.401	R\$ 27.968.043	
		2378.0001	H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica		4	R\$ 21.000.000	R\$ 15.673.178	R\$ 15.673.178	R\$ 327.234	
		20WI.000D	H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais		3	R\$ 1.134.533	R\$ 843.949	R\$ 843.949	R\$ 542.194	
					4	R\$ 1.150.000	R\$ 1.131.932	R\$ 1.131.932	R\$ 196.080	
4.	Desenvolvimento do SNIRH e implantação dos Sistemas Estaduais de Informação de Recursos Hídricos, integrados ao SNIRH.	20WI.0001	I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos	13,3%	3	R\$ 28.410.888	R\$ 27.993.478	R\$ 27.993.478	R\$ 16.957.494	
					4	R\$ 7.540.000	R\$ 7.410.129	R\$ 7.410.129	R\$ 4.627.345	
5.	Elaboração de Planos de Recursos Hídricos.	20WI.0004	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	5,8%	3	R\$ 15.601.370	R\$ 12.751.401	R\$ 12.751.401	R\$ 9.114.084	
6.	Apoio ao enquadramento dos corpos d'água.									
12.	Definição de diretrizes para a introdução do tema das mudanças climáticas nos Planos de Recursos Hídricos				4	R\$ 50.000	R\$ 28.400	R\$ 28.400	R\$ 15.359	
7.	Definição de critérios de outorga para diferentes situações.	4926.0001	R001- Regulação dos Usos de Rec. Hidr., dos Serv. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens	1,1%	3	R\$ 2.855.267	R\$ 2.595.164	R\$ 2.595.164	R\$ 2.587.125	
11.	Desenvolvimento de processos de suporte à decisão visando à resolução de conflitos pelo uso da água									
9.	Fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.	4926.0002	F002- Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens	1,7%	3	R\$ 3.808.440	R\$ 3.256.814	R\$ 3.256.814	R\$ 2.658.581	
					4	R\$ 914.733	R\$ 340.279	R\$ 340.279	R\$ 0	
13.	Apoio ao desenvolvimento e difusão de tecnologia, incluindo a tecnologia social, para a gestão de recursos hídricos	20WI.0006	G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos	6,6%	3	R\$ 17.573.341	R\$ 16.523.181	R\$ 16.523.181	R\$ 8.459.901	
15.	Desenvolvimento de processos formativos continuados para os atores do SINGREH e para a sociedade				4	R\$ 420.000	R\$ 420.000	R\$ 420.000	R\$ 340.000	
14.	Desenvolvimento de um plano de comunicação social e de difusão de informações para o SINGREH.	20WI.0000	D001 - Agenda Internacional e Apoio a Eventos	6,0%	3	R\$ 16.154.952	R\$ 15.280.461	R\$ 15.280.461	R\$ 14.559.592	
16.	Desenvolvimento da gestão compartilhada de rios fronteiriços e transfronteiriços.									



PRIORIDADES DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 2012-2015		AÇÃO.PLANO ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO PGI	%	GND	Dotação	Empenhado	Liquidado	Pago
17.	Mapeamento e avaliação de áreas vulneráveis a eventos extremos.	20WI.000B	U001 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	3,9%	3	R\$ 7.715.080	R\$ 7.229.592	R\$ 7.229.592	R\$ 1.864.512
					4	R\$ 2.890.000	R\$ 2.836.160	R\$ 2.836.160	R\$ 1.446.160
18.	Desenvolvimento dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco na conservação de águas de bacias hidrográficas.	20WI.0007	P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	6,3%	3	R\$ 14.293.603	R\$ 13.995.941	R\$ 13.995.941	R\$ 2.952.076
					4	R\$ 2.790.000	R\$ 2.502.000	R\$ 2.502.000	R\$ 0
19.	Recuperação e conservação de bacias hidrográficas em áreas urbanas e rurais.	20WI.000A	P001 - Remoção de Cargas Poluidoras de B. Hidrográficas - PRODES	5,5%	3	R\$ 14.793.302	R\$ 14.793.302	R\$ 14.793.302	R\$ 0
21.	Articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com as políticas, planos e programas governamentais que orientam os setores usuários de recursos hídricos.	20WI.0003	P003 - INTERÁGUAS	2,9%	3	R\$ 7.731.605	R\$ 7.671.225	R\$ 7.671.225	R\$ 3.845.014
20.	Avaliação integrada das demandas de recursos hídricos, considerando os planos e programas governamentais e os projetos dos setores público e privado.	AÇÕES QUE NÃO REQUEREM ALOCAÇÃO DE RECURSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO							
8.	Implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde o instrumento for aprovado pelo Comitê de Bacia.								
10.	Implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam a maior efetividade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis no SINGREH.								
22.	Implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH (SIGEOR/PNRH).								
Sem correspondência na Resolução CNRH nº 147/2012 e 135/2011		12DS	12DS - Construção do Prédio Anexo ao Bloco M da ANA	3,0%	4	R\$ 8.000.000	R\$ 8.000.000	R\$ 8.000.000	R\$ 2.041.164
		20WI	P002 - Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	0,2%	3	R\$ 522.657	R\$ 123.697	R\$ 123.697	R\$ 123.697
		2000	2000 - Administração da Unidade	7,5%	3	R\$ 20.338.540	R\$ 20.338.529	R\$ 20.338.529	R\$ 19.349.001
		TOTAL		100%		R\$ 271.180.533	R\$ 252.361.197	R\$ 252.361.197	R\$ 139.139.419



15. Informações detalhadas sobre a implementação da PNRH podem ser obtidas nos Anexo I - Monitoramento orçamentário 2015 – SIOP e Anexo II – Monitoramento PPA 2012-2015 – ano base 2015 – SIOP, onde está registrado o avanço dos indicadores, objetivos, metas e iniciativas do Programa 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente/Agência Nacional de Águas (atentar para o órgão responsável).

16. Caso estejam de acordo com as informações apresentadas, solicita-se encaminhar este documento à Secretaria Executiva do CNRH.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
ELISA MONTEIRO MALAFAIA  
Gerente Geral de Estratégia - Substituta



Antes de imprimir este relatório, verifique se é realmente necessário. Desperdício não combina com meio ambiente.

## Resumo da Execução das Ações

Os dados deste relatório referem-se a seguinte seleção de filtros:

Exercício: 2015

Perfil: Unidade Orçamentária

Período: JAN-DEZ

Momento: Formalização Acompanhamento Orçamentário

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Incluir Análise: Sim

Incluir PO: Sim

Emitido em: 24/08/2018 Por: ELISA MONTEIRO MALAFAIA

Formalização

Período: JAN-DEZ

Página 1 de 3

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

Programa: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Ação Produto - Unidade Localizador - Data da Apuração PO - Produto - Unidade	Financeiro (R\$ 1,00)				Físico		Indicadores (%)	
	Dotação Inicial	Dotação Atual	Liquidado	(%) Execução	Meta LOA	Realizado	Eficiência	Eficácia
	(a)	(b)	(c)	[=100%] (c/b)	(d)	(e)	(b/d)/(c/e)*	(e/d)*
12DS - Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas							Possui alertas;	
Prédio construído - percentual de execução física	8.000.000	8.000.000	2.041.164	25,51	40	0	-	0,00
0053 - No Distrito Federal - 31/12/2015	8.000.000	8.000.000	2.041.164	25,51	40	0	-	0
0000 Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas	8.000.000	8.000.000	2.041.164	25,51	0	-	-	-
20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos							Possui alertas;	
Bacia hidrográfica beneficiada - unidades por ano	194.958.367	194.958.367	86.114.156	44,17	32	34	240,54	106,25
0001 - Nacional - 31/12/2015	194.958.367	194.958.367	86.114.156	44,17	32	34	240,54	106,25

Análise: O percentual de execução financeira se refere a elaboração dos projetos executivos para construção do prédio, devendo ser iniciada a construção em 2016, com os recursos inscritos em Restos a Pagar.

Análise: O processo 02501.001722/2014-70 foi aberto em 17/09/2014 e o Contrato 074/ANA/2014, que tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura, quais sejam: assessoria técnica na análise dos projetos de arquitetura e complementares, análise, atualizações e elaboração de estimativas de preços, licitação dos projetos executivos de engenharia, licitação de obra, bem como acompanhamento técnico na execução de obras civis do edifício institucional da ANA, foi firmado em 10/11/2014 com 30 meses de vigência a partir da assinatura (10/05/2017). Foram feitos pagamentos no montante de R\$ 2.041.163,59 em 2015, que correspondem à 16,61% do valor total do Contrato.

Análise: O processo 02501.001722/2014-70 foi aberto em 17/09/2014 e o Contrato 074/ANA/2014, que tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura, quais sejam: assessoria técnica na análise dos projetos de arquitetura e complementares, análise, atualizações e elaboração de estimativas de preços, licitação dos projetos executivos de engenharia, licitação de obra, bem como acompanhamento técnico na execução de obras civis do edifício institucional da ANA, foi firmado em 10/11/2014 com 30 meses de vigência a partir da assinatura (10/05/2017). Foram feitos pagamentos no montante de R\$ 2.041.163,59 em 2015, que correspondem à 16,61% do valor total do Contrato.

Análise: Nos últimos anos o país vivenciou um dos piores períodos de estiagem, que alcançou simultaneamente as regiões Sudeste e Nordeste. Desde então, foram desencadeadas atividades em articulação com os órgãos gestores dos estados atingidos pelo período de estiagem, visando minimizar os efeitos negativos desse cenário. Deve-se ressaltar que também os setores usuários participam das articulações voltadas ao enfrentamento da seca prolongada, oferecendo alternativas de superação das restrições que se fazem necessárias. Foi instalado um Comitê de Crise envolvendo a ANA e os órgãos regionais e gestores dos estados atingidos pela seca. Uma série de estudos e ações estão em curso e têm a finalidade de promover um monitoramento contínuo e a ações interventivas contra a seca devidamente articuladas entre as esferas federal e estadual, os setores usuários e os comitês de bacias. Entre esses estudos a ações destacam-se o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), o Atlas Brasil de Despoluição, estudo sobre os Reservatórios do Semiárido, o Projeto Monitor da Seca do Nordeste –MSNE além de outros estudos em andamento. Em 2015, foi concluída a contribuição da ANA à construção do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA), iniciado em 2013 sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente. A ANA compôs a rede de apoio dedicada ao tema recursos hídricos, envolvendo diversos atores, denominada Rede Água, cujos trabalhos foram liderados pela ANA, que foi encarregada de elaborar o documento de subsídio ao tema de recursos hídricos do PNA. A elaboração desse documento contou com uma parceria entre a ANA e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), que se estendeu por todo o ano de 2014 e contou com 7 consultores, especialistas nos diferentes aspectos da gestão dos recursos hídricos, em constante diálogo com um grupo de servidores da ANA designado para o acompanhamento e apoio dessa tarefa. Ainda em 2013, a ANA celebrou acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico OCDE com o objetivo de realizar um diálogo político para analisar e avaliar a governança do sistema de gestão de recursos hídricos no Brasil e fornecer diretrizes e recomendações baseadas em experiências internacionais. Essas diretrizes e recomendações têm como objetivo contribuir para o aprimoramento da governança multinível dos recursos hídricos. No âmbito desse acordo, o relatório “Governança das Águas no Brasil” foi lançado em 2015, do qual faz parte um plano de ações para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no País. Esse relatório foi produzido a partir da interação no Brasil com mais de uma centena de representantes de governos, organizações, usuários de água e academia relacionados ao tema e visou a conhecer, examinar e comparar experiências e “boas práticas” internacionais com a experiência brasileira. A ANA como órgão coordenador do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos tem sido constantemente demandada pelos demais entes para ampliar e aprimorar as oportunidades de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos para atuar na gestão de recursos hídricos em nível federal, estadual, nos comitês de bacias hidrográficas, em articulação com setores usuários. No ano de 2015 a ANA formalizou de Termo de Cooperação entre a ANA e a CAPES para implementação do Programa Pró-Recursos Hídricos, com o objetivo de fortalecer a pesquisa em gestão e regulação de recursos hídricos e a criação de cursos de mestrado profissional no país. A agenda internacional da ANA vem crescendo em atividades e importância desde sua instalação, em 2001. No entanto, ganhou maior densidade nos últimos anos, com o incremento das atividades no âmbito da cooperação com os países membros da Conferência Ibero-Americana de Dirigentes de Água – CODIA, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, com a agenda de cooperação prestada pelo Brasil, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação, com organizações multilaterais e com o Conselho Mundial da Água. A ANA cabe disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos de gestão criados pela Política Nacional de Recursos Hídricos. Dessa forma, seu espectro de regulação ultrapassa os limites das bacias hidrográficas com rios de domínio da União, pois alcança aspectos institucionais relacionados à regulação dos recursos hídricos no âmbito nacional. A

" - " - Indicador não calculável.

" \* " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" \*\* " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.



Emitido em: 24/08/2018 Por: ELISA MONTEIRO MALAFAIA

Formalização

Período: JAN-DEZ

Página 2 de 3

Portaria nº 62/2015, declarou de especial interesse para a gestão de recursos hídricos, segundo o balanço hídrico quali-quantitativo 34 bacias, e as ações da ANA seguem o planejamento geral de ações de gestão a serem implementadas nas bacias hidrográficas com trechos identificados, assim a execução da meta física deve considerar as 34 bacias como beneficiadas. Os Recursos de RP foram utilizados no cumprimento de metas de exercícios anteriores

0000 Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - Despesas Diversas	25.000.000	32.154.952	14.559.592	45,28	0	-	-	-
0001 Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH - Subsistema implementado unidade	33.950.888	35.950.888	21.584.839	60,04	6	-	166,56	100,00
0002 Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	6.780.000	522.657	123.697	23,67	3	-	-	0
0003 Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água - Interáguas	12.926.419	12.926.419	3.845.014	29,75	6	-	-	0
0004 Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos - Plano elaborado unidade	16.351.761	15.651.370	9.142.953	58,42	3	-	57,06	33,33
0006 Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos - Pessoa capacitada unidade	7.243.129	17.993.341	8.799.901	48,91	6.000	-	1.143,85	559,42
0007 Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água - Projeto apoiado unidade	16.000.000	17.083.603	2.952.076	17,28	20	-	405,09	70,00
0008 Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - Usuário cadastrado unidade	350.000	350.000	151.869	43,39	8.000	-	365,71	158,69
0009 Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas - Entidade beneficiada unidade	20.700.000	34.642.222	19.012.893	54,88	22	-	231,90	127,27
000A Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES - Carga poluidora abatida quilogramas de Demanda Bioquímica de Oxigênio por dia	39.978.968	14.793.302	0	0,00	21.380	-	-	168,85
000B Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos - Boletim emitido unidade	3.700.000	10.605.080	5.203.046	49,06	55	-	407,65	200,00
000D Gestão da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA - Ponto de rede mantido unidade	11.977.202	2.284.533	738.274	32,32	40	-	3.411,60	1.102,50
2378 - Operação da Rede Hidrometeorológica								
Informação produzida - unidade	61.500.000	61.500.000	28.722.420	46,70	7.550.000	7.127.573	202,14	94,40
0001 - Nacional - 31/12/2015	61.500.000	61.500.000	28.722.420	46,70	7.550.000	7.127.573	202,14	94,40

Análise: Foram produzidos 7.127.573 dados hidrológicos (cota diária, vazão diária, chuva diária, vazão, sedimento e qualidade medidos 4 vezes ao ano, além de dados horários de chuva, nível e vazão de 600 estações telemétricas).

0000 Operação da Rede Hidrometeorológica - Despesas Diversas	40.500.000	40.500.000	28.163.308	69,54	0	-	-	-
0001 Modernização da Rede Hidrometeorológica - Equipamento adquirido unidade	21.000.000	21.000.000	559.112	2,66	550	-	8.918,68	237,45

" - " - Indicador não calculável.

" \* " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" \*\* " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.





Emitido em: 24/08/2018 Por: ELISA MONTEIRO MALAFAIA

Formalização

Período: JAN-DEZ

Página 3 de 3

Ação Produto - Unidade Localizador - Data da Apuração PO - Produto - Unidade	Financeiro (R\$ 1,00)				Físico		Indicadores (%)	
	Dotação Inicial	Dotação Atual	Liquidado	(%) Execução	Meta LOA	Realizado	Eficiência	Eficácia
	(a)	(b)	(c)	[=100%] (c/b)	(d)	(e)	(b/d)/(c/e)*	(e/d)*
4926 - Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens								
Usuário regularizado - unidade	7.683.000	7.683.000	5.335.935	69,45	1.155	1.810	225,64	156,71
0001 - Nacional - 31/12/2015	7.683.000	7.683.000	5.335.935	69,45	1.155	1.810	225,64	156,71
Análise: Entre 2012 e 2015 foram regularizados 6.759 usuários, o que perfaz o universo de 16.097 usuários regularizados entre 2011 e 2015. Os pedidos de regularização cresceram espontaneamente no último período, a média anual de pedidos autuados (novos pedidos) entre 2008 e 2011 foi de 572, enquanto no período de 2012-2015 foi de 977. Sempre visando tornar mais fácil e ágil a regularização dos usos de recursos hídricos de domínio da União a Área de Regulação aprimora constantemente o processo de análise e emissão de outorgas a partir de procedimentos para padronização, acompanhamento e automatização do mesmo, o que possibilitou atender o aumento da demanda que ocorreu nos últimos anos.								
0001 Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens - Usuário regularizado unidade	3.770.000	2.855.267	2.587.125	90,61	1.100	-	181,60	164,55
0002 Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens - Campanha realizada unidade	3.913.000	4.827.733	2.748.810	56,94	109	-	120,85	68,81

" - " - Indicador não calculável.

" \* " - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

" \*\* " - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.



#### Filtro selecionado

Período: Monitoramento Temático Ano 2015

Listagem por: Programa

Programa: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Elementos a serem exibidos: Indicadores; Objetivos; Metas; Regionalização das Metas; Iniciativas;

## PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

### Informações Básicas

Tipo de programa: Temático

### INDICADORES

#### Indicador: Percentual do território com comitês interestaduais instalados

##### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010 Unidade de medida: % Índice: 13  
Fonte: Relatório de Conjuntura / Agência Nacional de Águas  
Periodicidade: Anual Base geográfica: Regional  
Fórmula de cálculo: Área total das bacias interestaduais da Região Hidrográfica com comitê instalado / Área total da Região Hidrográfica x 100 Amazônica - 0% Paraguai - 0% Tocantins-Araguaia - 0% Paraná - 27% Uruguai - 0% Atlântico-Sul - 0% Atlântico-Sudeste - 65% São Francisco - 100% Atlântico-Leste - 0% Parnaíba - 0% Nordeste-Occidental - 0% Nordeste-Oriental - 15% BRASIL - 13%

##### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 15,4  
Data de Apuração: 31/12/2015  
Observação: A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2015 porque o Conjuntura 2016 (ainda a ser publicado) consolida seus dados a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2015.  
Apesar do Conjuntura 2016 ainda não ter sido publicado na presente data (11/01/2016), a publicação é citada como fonte do valor aqui expresso (informados via planilha do MMA/ANA).

#### Indicador: Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados

##### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010 Unidade de medida: % Índice: 51  
Fonte: Relatório de Conjuntura / Agência Nacional de Águas  
Periodicidade: Anual Base geográfica: Regional  
Fórmula de cálculo: Área total das bacias interestaduais da Região Hidrográfica com plano elaborado / Área total da Região Hidrográfica x 100 Amazônica - 66% Paraguai - 0% Tocantins-Araguaia - 100% Paraná - 2% Uruguai - 0% Atlântico-Sul - 0% Atlântico-Sudeste - 65% São Francisco - 100% Atlântico-Leste - 0% Parnaíba - 0% Nordeste-Occidental - 0% Nordeste-Oriental - 0% BRASIL - 51%

##### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 54  
Data de Apuração: 31/12/2015  
Observação: A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2015 porque o Conjuntura 2016 (ainda a ser publicado) consolida seus dados a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2015.  
Apesar do Conjuntura 2016 ainda não ter sido publicado na presente data (11/01/2016), a publicação é citada como fonte do valor aqui expresso (informados via planilha do MMA/ANA).

#### Indicador: Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável

##### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010 Unidade de medida: % Índice: 8  
Fonte: Relatório de Conjuntura / Agência Nacional de Águas  
Periodicidade: Anual Base geográfica: Regional  
Fórmula de cálculo: Amazônica - 0,3% Paraguai - 4,0% Tocantins-Araguaia - 3,7% Paraná - 20% Uruguai - 16% Atlântico-Sul - 19% Atlântico-Sudeste - 26% São Francisco - 13% Atlântico-Leste - 25% Parnaíba - 13% Nordeste-Occidental - 4% Nordeste-Oriental - 29% BRASIL - 8%

##### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8  
Data de Apuração: 31/12/2012  
Observação: A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2012 porque o Conjuntura 2013 consolida seus dados a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2012.  
Segundo planilha recebida do MMA/ANA o valor mais atual continua sendo o calculado a partir dos dados do Conjuntura 2013.

#### Indicador: Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada)

##### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010 Unidade de medida: % Índice: 64  
Fonte: Relatório de Conjuntura / Agência Nacional de Águas  
Periodicidade: Anual Base geográfica: Regional  
Fórmula de cálculo: Vazão total outorgada na região hidrográfica / Demanda total na região hidrográfica x 100 Amazônica - 7% Paraguai - 2% Tocantins-



Araguaia - 81% Paraná - 88% Uruguai - 25% Atlântico-Sul - 37% Atlântico-Sudeste - 58% São Francisco - 100% Atlântico-Leste - 75%  
Parnaíba - 13% Nordeste-Occidental - 0% Nordeste-Oriental - 37% BRASIL - 64%

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 94

Data de Apuração: 31/12/2014

Observação: Fonte: Conjuntura 2015/Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) - (informados via planilha do MMA/ANA). Apesar de não haver publicação impressa do Conjuntura em 2015, as informações mais recentes ficam disponíveis no Snirh, acessível via página da ANA. Segundo a ANA, essas informações seriam a fonte do valor apurado e o Conjuntura deixa de ser uma publicação anual impressa para ser uma forma de comunicação online que disponibiliza a informação mais atualizada possível. Seguindo o padrão adotado nos demais anos, a data de apuração foi uniformizada para final de 2014, uma vez que a planilha informava "Conjuntura 2015".

**Indicador: Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica**

#### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010

Unidade de medida: %

Índice: 18

Fonte: Relatório de Conjuntura / Agência Nacional de Águas

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Regional

Fórmula de cálculo: Amazônica - 0,75% Paraguai - 4,1% Tocantins-Araguaia - 5,4% Paraná - 23% Uruguai - 44% Atlântico-Sul - 59% Atlântico-Sudeste - 28%  
São Francisco - 60% Atlântico-Leste - 69% Parnaíba - 30% Nordeste-Occidental - 33% Nordeste-Oriental - 96% BRASIL - 18%

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 20

Data de Apuração: 31/12/2015

Observação: A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2015 porque o Conjuntura 2016 (ainda a ser publicado) consolida seus dados a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2015. Apesar do Conjuntura 2016 ainda não ter sido publicado na presente data (12/01/2016), a publicação é citada como fonte do valor aqui expresso (informados via planilha do MMA/ANA).

#### OBJETIVOS

**Objetivo: 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.**

#### Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo:

Com a implantação do Planejamento Estratégico do Ministério do Meio Ambiente para o período 2014-2022, os macroprocessos finalísticos que orientaram a agenda estratégica da Política Nacional de Recursos Hídricos, relacionados ao Objetivo 0646 do Programa 2026 do PPA Federal 2012-2015 foram: i) Formulação e apoio à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e ii) Apoio ao funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas.

Com a condução do macroprocesso de "Formulação e apoio à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos", espera-se contribuir para que União, Estados e Distrito Federal estejam dotados de instrumentos de gestão de recursos hídricos que qualifiquem a tomada de decisão, em especial dos planos de recursos hídricos.

As metas do PPA Federal 2012-2015 que fazem parte deste macroprocesso são: i) Apoiar a elaboração de seis Planos Estaduais de Recursos Hídricos; ii) Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH); iii) Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Entre 2012-2015, a SRHU/MMA apoiou 6 Estados para a elaboração dos seus Planos Estaduais de Recursos Hídricos, sendo que foram finalizadas as elaborações do PERH/RS (2014) e PERH/MA (2015). Os Estados do Amazonas, Maranhão e Rondônia receberam recursos para a execução dos seus Planos Estaduais. Foi finalizado o Termo de Referência para a elaboração do PERH/PA. Além disso, a SRHU/MMA e a ANA firmaram termo de execução descentralizada para o apoio à revisão do PERHs da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Esta ação terá continuidade no PPA 2016-2019, com a meta de "ampliar de 58% para 100% a área do território nacional coberta com Planos Estaduais de Recursos Hídricos".

Em relação ao SIGEOR, está em andamento a contratação de consultoria especializada para realizar uma avaliação da implementação do PNRH no período 2006-2015, com a proposição dos indicadores de desempenho para o próximo ciclo de implementação (2016-2020). Também está em andamento consulta pública para revisão do PNRH, cujos resultados esperados são as diretrizes e hierarquização das prioridades ou a identificação de novas ações.

A meta de qualificação de 30 mil pessoas foi superada, em virtude, em grande parte, dos processos de capacitação na modalidade Ensino à Distância (EaD) desenvolvidos pela ANA.

Ainda em relação a este macroprocesso, o MMA apoiou a elaboração da Carta de Águas Subterrâneas do Estado do Paraná, em Sistema de Informações Geográficas - SIG, finalizada no segundo semestre de 2015, que é um importante instrumento para apoiar o planejamento de recursos hídricos do Estado. A SRHU/MMA e ANA apoiaram ainda o desenvolvimento de documento com subsídios técnicos para o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, relacionados ao tema da água, que configurado em cinco eixos, quais sejam: i) diretrizes para a elaboração de cenários; ii) geração de conhecimento; iii) instrumentos de gestão de recursos hídricos; iv) governança; e v) interação com setores usuários. O documento servirá de subsídio para a elaboração do Plano Nacional de Adaptação, em especial, na temática dos recursos hídricos.

O macroprocesso de "Apoio ao funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas", que envolve o exercício da atribuição do MMA de Secretaria Executiva do CNRH, deve contribuir para a elaboração de diretrizes para orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. As atividades deste macroprocesso envolvem a disponibilização de salas e de auditório para a realização das reuniões do Plenário e das Câmaras Técnicas do CNRH; os serviços de gravação e de gravação das reuniões; o custeio da participação dos representantes da sociedade civil; a manutenção e atualização do site do CNRH; o dentre outras. A relatoria das reuniões do Plenário e Câmaras Técnicas é realizada pela equipe técnica de servidores do MMA.



Os resultados verificados em 2015 envolveram: i) a publicação da Portaria nº 68/2015 que designa os novos Conselheiros do CNRH para o período 2015-2018; ii) a realização de 2 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária do Plenário do CNRH; iii) a realização de 23 reuniões das Câmaras Técnicas do CNRH; iv) aprovação de 11 Resoluções e 1 Moção; v) a realização de 2 seminários; vi) a realização de três reuniões com os Conselheiros que representam o governo federal.

Seminários/Oficina:

- Subsídios para a revisão dos critérios gerais de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, realizada em 5 de agosto de 2015, Brasília/DF, no âmbito da Câmara Técnica de Cobrança. CTCOB/CNRH
- Uso Racional e Reúso de Água no Setor Agrícola, no âmbito da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia. CTCT/CNRH, realizada em 27 de outubro de 2015, Brasília/DF

As deliberações emitidas pelo CNRH, no ano de 2015, foram:

- Resolução nº 170, de 23 de setembro de 2015, que “Prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”.
- Resolução nº 169, de 23 de setembro de 2015, que “Estabelece a composição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o mandato em curso do Colegiado”.

- Resolução nº 168, de 23 de setembro de 2015, que “Prorroga o prazo da delegação de competência ao Instituto BioAtlântica – IBIO para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce”.

- Resolução nº 167, de 23 de setembro de 2015, que “Prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul”.

- Resolução nº 166, de 29 de junho de 2015, que “Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, para os exercícios orçamentários de 2016 e 2017”.

- Resolução nº 165, de 29 de junho de 2015, que “Estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019”.

- Moção nº 66, de 23 de setembro de 2015, que “Recomenda ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que sejam mantidos o não contingenciamento dos recursos da cobrança, previstos na lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, e a fonte de recursos 183 (Pagamento pelo uso dos recursos hídricos) que compõem a Lei Orçamentária Anual e são essenciais para o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”.

Resoluções aprovadas, faltando publicação:

- Aprova os critérios para estabelecimento de acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, considerados insignificantes, para isenção da obrigatoriedade da outorga de direito de uso de recursos hídricos nos corpos d’água de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande;

- Aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB.

- Prorroga o prazo da indicação da Associação Multissetorial de usuários de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia – ABHA, para desempenhar como entidade delegatária, até 31 de dezembro de 2016, funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL.

- Estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2017.

- Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2016.

No tema da cooperação internacional, o MMA exerceu atividades relativas à Coordenação Nacional do Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata – PMarco, no âmbito do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC-Plata), órgão executivo do Sistema da Bacia do Prata, integrado por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

## METAS

### Meta: Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos

#### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Meio Ambiente

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Para o apoio e acompanhamento da elaboração dos 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs), o MMA lançou mão dos seguintes mecanismos: i) contratação direta via Programa Interágua (Goiás e Pará); ii) contrato de repasse com o FNMA/MMA (Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Sul e Rondônia) e iii) apoio técnico e acompanhamento junto ao Estado desde a fase de elaboração dos Termos de Referência.

A elaboração do PERH/RS foi finalizada em março de 2014 e se deu via execução pelo Estado, por meio de convenio com o FNMA e acompanhamento técnico da SRHU/MMA, iniciado em 2004. A Resolução CRH nº 141/2014 - Institui o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul - PERH/RS e o órgão gestor estadual de recursos hídricos encaminhou a minuta de anteprojeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado, conforme previsto na legislação estadual.

A elaboração do PERH/GO foi finalizada em setembro de 2015. O Plano Estadual foi elaborado via contratação direta pela SRHU/MMA, no âmbito do Programa Interágua, envolvendo a elaboração de estudos técnicos e a realização consultas públicas e envolvimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Goiás nas fases de construção do Diagnóstico, Prognóstico e Cenários e Programas e Metas. O Estado deverá encaminhar a minuta de anteprojeto de lei do PERH/GO para aprovação da Assembleia Legislativa do Estado, conforme previsto na legislação estadual.

O apoio à elaboração dos Planos Estaduais do Amazonas, Maranhão e Rondônia se dá por meio do Fundo Nacional de Meio Ambiente, com o apoio e acompanhamento técnico da SRHU/MMA. A execução dos projetos é realizada diretamente pelos Estados e encontra-se em atraso, por razões diversas, cujas justificativas vem sendo apresentadas periodicamente via SICONV. A SRHU/MMA estuda possibilidade sugerir ao FNMA o aditamento aos contratos de repasse, considerando as justificativas apresentadas e a análise da capacidade de execução pelos órgãos contratados.

A elaboração do PERH/PA está prevista no âmbito do Programa Interágua, para execução via contratação direta pela SRHU/MMA. O Termo de Referência foi concluído e recebeu a Não Objeção do Banco Mundial para a contratação. Diante do déficit fiscal e do contingenciamento de recursos no executivo federal, a SRHU/MMA estuda a possibilidade a articulação de parceria para o financiamento do PERH/PA.

Cabe destacar que o MMA incluiu como meta no PPA 2016-2019 “Ampliar de 58% para 100% a cobertura do território nacional com Planos Estaduais de



Recursos Hídricos”. Considerando os 6 Estados que já contam ou contaram com o apoio do MMA em 2012-2015 para a elaboração dos seus Planos Estaduais (Amazonas, Goiás, Maranhão, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia), a SRHU/MMA deverá buscar apoiar técnica e/ou financeiramente os Estados do Amapá, Espírito Santo e Santa Catarina, que ainda não contam com Planos Estaduais. Além disso, a SRHU/MMA firmou Termo Execução Descentralizada com a ANA para o apoio à revisão dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos da Paraíba e do Rio Grande do Norte, que são receptores do Projeto de Transposição do Rio São Francisco e deverão sofrer alterações na dinâmica de gestão dos recursos hídricos a serem incorporadas nessa revisão. Portanto, as ações de apoio à elaboração e revisão dos Planos Estaduais terão continuidade no próximo ciclo de gestão do PPA Federal.

Por fim, é válido ressaltar que para execução desta ação faz-se necessário o estreito acompanhamento do MMA, por meio de ações de supervisão técnica e reuniões de orientação, tanto no momento da elaboração dos PERHs, como também, posteriormente, no acompanhamento da sua implementação junto ao Estado, em consonância com o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Quantidade alcançada: 6 Planos Estaduais de Recursos Híbridos

Data de Referência: 13/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	2	unidade	3	31/12/2015
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	1	unidade	1	31/12/2015
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1	unidade	1	31/12/2015
Região Hidrográfica Atlântico Sul	2	unidade	1	31/12/2015

#### Meta: Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH)

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Meio ambiente

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Está em andamento o processo para contratação de consultoria especializada pessoa física, no âmbito do Programa Interágua/IICA, para realizar uma avaliação da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH e propor um conjunto de indicadores de desempenho para o período 2016-2020. Os indicadores do PNRH são elemento central para a implantação do Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH).

No início de 2015 foi finalizado e encaminhado ao Plenário do CNRH o Informe sobre a Implementação do PNRH no período 2012-2014 e Perspectivas para 2015, com as ações desenvolvidas pela Agência Nacional de Águas e Ministério do Meio Ambiente. O Informe foi analisado pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que indicou recomendações em relação à implementação das prioridades do PNRH, as quais deverão ser incorporadas no processo de revisão para o próximo ciclo (2016-2020). Para 2016 e no âmbito do processo de revisão do PNRH é prevista a entrega de um informe com o balanço da implementação das Prioridades do PNRH 2012-2015, com uma avaliação da execução do PNRH, que deverá incorporar também informações a serem coletadas junto aos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos.

No âmbito do processo de revisão do PNRH para 2016-2020 e em conformidade com o caráter democrático, descentralizado e participativo que deve pautar o debate em torno da gestão dos recursos hídricos, o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria Executiva do CNRH, lançará, no primeiro trimestre de 2016, consulta pública aos atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH e à sociedade em geral em relação às prioridades do PNRH para 2016-2020. Os formulários eletrônicos para contribuições e sugestões estarão disponíveis nos endereços [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br) e [www.participa.br/recursos-hidricos](http://www.participa.br/recursos-hidricos), por 90 (noventa) dias contados a partir da data de publicação do Aviso de Consulta Pública e deverão ser encaminhados devidamente identificados.

Com essa segunda revisão do PNRH busca-se articular melhor as necessidades dos governos estaduais e federal e melhorar a capacidade de enfrentar os desafios hídricos em diferentes níveis, por meio de uma resposta coordenada com o alinhamento das prioridades políticas. Também será definido um conjunto de indicadores para avaliar a funcionalidade do PNRH e avançar no monitoramento de sua implementação. Os resultados da segunda revisão serão consolidados em um documento, a ser encaminhado para deliberação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Quantidade alcançada: 0

Data de Referência: 26/12/2014

#### Meta: Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Meio Ambiente

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Em 2015, a SRHU/MMA e ANA apoiaram a realização do IV Encontro Formativo Nacional Integrado de Educação Ambiental para a Gestão das Águas, que constitui estratégia dialógica e formativa de fortalecimento da rede de educadores ambientais, comunicadores e ativistas que atuam na gestão hídrica do país, integrando o processo formativo continuado e permanente, que é uma das 22 Prioridades do PNRH para o quadriênio (2012-2015). O evento foi realizado em conjunto com o XIII Diálogo Interbacias de São Paulo e contou com a participação de 530 pessoas de 16 estados e do DF, representantes de comitês de bacia, câmaras técnicas e secretarias de Educação. A edição de São Pedro foi a quarta de uma série iniciada em Salvador (BA), em 2009, e que teve continuidade em Bento Gonçalves (RS), em 2011, e Ouro Preto (MG), em 2013.

Também em 2015, no âmbito do Programa de Formação Iberoamericano em Matéria de Águas da Conferência de Diretores Iberoamericanos de Águas (CODIA), a SRHU/MMA coordenou o curso “Planificación, Manejo y Gestión de Recursos Hídricos”, realizado com o apoio da ANA. Participaram do curso 20 pessoas de 7 países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, México e Panamá). O curso aconteceu em Brasília, nos dias 7 a 9 de outubro de 2015.

Está em andamento a contratação de consultoria especializada, no âmbito de parceria entre o Departamento de Educação Ambiental da SAIC/MMA, a SRHU/MMA e a ANA, para a produção de conteúdos e proposta pedagógica para processo de formação em educação ambiental para a gestão de recursos hídricos. O processo de formação deverá ser desenvolvido em modalidade de Educação à Distância (EaD) e semipresencial, para pessoas que atuam ou





desejam atuar no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Conselhos de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas, órgãos gestores, agências de bacia), salas verdes, coletivos educadores, coletivos jovens e demais colegiados, estruturas e espaços que envolvidos, direta ou indiretamente, com o tema da gestão de águas.

Quantidade alcançada: 33.675 Pessoas

Data de Referência: 26/12/2014

#### INICIATIVAS

**Iniciativa: 02G9 - Apoio ao desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos e dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, em articulação com os planejamentos setoriais**

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

**Iniciativa: 02GA - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e definição de estratégias para a sua implementação, em articulação com entes do Singreh e envolvendo a participação da sociedade**

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

**Iniciativa: 02GB - Gestão das águas subterrâneas em articulação com as unidades federadas**

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

**Iniciativa: 02GC - Inserção geopolítica do Brasil nos temas relacionados aos recursos hídricos**

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

**Objetivo: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.**

##### Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: No período de 2012-2015 foram observados relevantes avanços na implementação dos instrumentos de regulação e gestão de recursos hídricos no país, merecendo destaque o incremento na regularização de usuários outorgados, os ganhos de eficiência obtidos nas atividades de fiscalização, a consolidação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em quatro comitês de bacias interestaduais, o desenvolvimento do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações, a instalação de 27 salas de situação estaduais para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos, o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens – SNISB e a modernização da rede hidrometeorológica.

Os pedidos de regularização cresceram espontaneamente no último período, pois a média anual de pedidos autuados entre 2008 e 2011 foi de 572, enquanto no período de 2012-2015 foi de 977. Visando tornar mais fácil e ágil a regularização dos usos de recursos hídricos de domínio da União, está em desenvolvimento o Sistema Federal de Regulação de Usos – Regla, uma nova ferramenta online para solicitação de outorgas.

A fiscalização de uso dos recursos hídricos atua com foco em bacias prioritárias selecionadas a partir da sua criticidade (em termos de balanço hídrico qualitativo), representatividade de seus usuários (em termos de grandeza de vazões outorgadas), dentre outros critérios. Em 2012 foram realizadas 37 campanhas de fiscalização. Em 2013, em decorrência da situação de escassez hídrica no semiárido, foram realizadas 60 campanhas de fiscalização, que ocorreram de forma articulada com os estados e o DNOCS. Essas ações da ANA, órgãos gestores estaduais e DNOCS têm como objetivo a regularização dos usuários e o estabelecimento de regras de usos da água em situação de seca. Em 2014 foram realizadas 64 campanhas de fiscalização de uso de recursos hídricos e em 2015, 57 campanhas.

Em virtude da intensa crise hídrica que a região semiárida vem sofrendo desde 2013, fato que se agravou consideravelmente em 2015, em especial na Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu (RN/PB), a ANA estreitou ainda mais as ações conjuntas com os órgãos estaduais de recursos hídricos do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

No período 2012-2015 observou-se intensa escassez hídrica no Seminário e na Região Sudeste, que requereram intensa atuação da Agência. O principal desafio enfrentado foi conciliar a disparidade entre as duas principais regiões afetadas, tendo em vista que cada uma apresenta conflitos peculiares pelo uso da água. Buscou-se compatibilizar os diversos usos em situação de escassez, priorizando o abastecimento público e a dessedentação animal, conforme preconizado na Lei nº 9.433/1997. Estabeleceram-se Marcos Regulatórios e Regras de Restrição de Uso que demandaram averiguação em campo quanto ao cumprimento. Desta forma, para proporcionar maior eficiência às atividades de fiscalização foram utilizados recursos técnicos-científicos, tais como: aquisição de imagens de satélite, cadastramento georreferenciado, mapeamento de áreas agrícolas, além da utilização de sobrevoos para identificação mais eficaz de usuários irregulares.

Em 2015, a arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União ultrapassou o montante de R\$ 60 milhões. Os recursos retornam integralmente para as bacias em que foram arrecadados e são destinados a ações de conservação e recuperação de seus corpos d'água, de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelos respectivos comitês de bacia. A implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do rio Verde Grande (Região Hidrográfica do São Francisco) será iniciada em 2016 e no rio Paranaíba (Região Hidrográfica do Paraná) está em fase final do processo de implementação, dependendo da aprovação do Comitê e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o que deve ocorrer em 2016.

A construção do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações foi finalizada e foram disponibilizados os mapas de todos os estados brasileiros, com diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos trechos dos principais rios brasileiros. O Atlas reúne informações qualificadas sobre o grau (alto, médio ou baixo) dos impactos nos trechos dos rios avaliados em todas as Unidades da Federação, podendo ser utilizado por gestores federais, estaduais e municipais para a implementação de políticas públicas de prevenção e mitigação de efeitos de eventos críticos, de uso e ocupação do solo, de planejamento de infraestrutura e de medidas não estruturais (sistemas de alerta e mapeamento de riscos).

Além disso, foram instaladas, por meio de Acordos de Cooperação Técnica entre a Agência e os órgãos gestores estaduais, e se encontram em operação 27 Salas de Situação Estaduais para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos. As ações da ANA relativas ao Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e às Salas de Situação Estaduais integram o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres Naturais, que constitui um esforço de diferentes instituições do governo federal para proteger vidas, garantir a segurança das pessoas, minimizar os danos decorrentes de desastres e preservar o meio ambiente.



O SNISB, que é outra relevante ferramenta tanto para a gestão, quanto para a regulação dos recursos hídricos, está sendo implementada. A estrutura do sistema foi definida e baseia-se num conceito modular e com desenvolvimento faseado. O sistema permitirá a comunicação com a sociedade civil e pretende-se proporcionar a todos os usuários, o acesso a um conjunto de funcionalidades, que permitam satisfazer não apenas os requisitos legais, mas também propiciar uma plataforma de apoio às entidades fiscalizadoras no exercício da sua atividade. Por fim, destaca-se a modernização de 1096 estações hidrometeorológicas no período, contribuindo para melhoria da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN), que é fundamental para o conhecimento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos no País.

## METAS

**Meta: Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Agência Nacional de Águas

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Em 2011 o número de usuários regularizados pela ANA era de 9.338, assim o universo de usuários de recursos hídricos precisou ser ajustado para cima. Entre 2012 e 2015 foram regularizados 6.759 usuários, o que perfaz o universo de 16.097 usuários regularizados entre 2011 e 2015. Os pedidos de regularização cresceram espontaneamente no último período, a média anual de pedidos autuados (novos pedidos) entre 2008 e 2011 foi de 572, enquanto no período de 2012-2015 foi de 977.

Sempre visando tornar mais fácil e ágil a regularização dos usos de recursos hídricos de domínio da União a Área de Regulação aprimora constantemente o processo de análise e emissão de outorgas a partir de procedimentos para padronização, acompanhamento e automatização do mesmo, o que possibilitou atender o aumento da demanda que ocorreu nos últimos anos. Paralelamente, está em desenvolvimento o Sistema Federal de Regulação de Usos – Regla, uma nova ferramenta para tornar mais ágil a solicitação e a emissão de outorgas. Os pedidos de regularização serão realizados online, por interferência (ex. captação, lançamento, barramento) e, na maior parte das finalidades, sem a necessidade de envio de documentos em papel. A partir das informações apresentadas pelo usuário de recursos hídricos, o Regla estimará a quantidade de água que o empreendimento precisará. Havendo aceitação desses valores e dependendo do nível de comprometimento do corpo hídrico e do porte/tipo do empreendimento, o Regla fará o processamento eletrônico da solicitação de outorga e o resultado será publicado em poucas semanas. Não havendo concordância do usuário de recursos hídricos sobre a quantidade de água estimada pelo sistema, o usuário será instado a fornecer informações mais detalhadas do seu empreendimento e a sua solicitação de outorga será submetida a uma avaliação manual.

O Regla é parte integrante do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH e as informações referentes aos usuários regularizados irão compor o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos em atendimento a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos nº 126, de 29 de junho de 2011. A previsão é de que essa nova ferramenta substitua o procedimento atual de solicitação de outorga em 2016.

Nos últimos anos, o cadastro de usuário de recursos hídricos no CNARH é pré-requisito para a regularização do uso de recursos hídricos em rios de domínio da União, e as informações contidas neste sistema são utilizadas pelas áreas de planejamento, gestão e fiscalização da ANA, além dos órgãos gestores de recursos hídricos e órgãos outorgantes de alguns estados brasileiros. Em decorrência disto e também das ações para a integração das bases de dados dos usuários de recursos hídricos estaduais e federais, observou-se o acréscimo anual de usuários registrados no CNARH alcançando, em 2015, um total aproximado de 102.000 usuários cadastrados (Federais e Estaduais).

Quantidade alcançada: 16.097 Usuários

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias)**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Agência Nacional de Águas

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A meta foi inicialmente proposta para as bacias dos rios Paranaíba, Verde Grande e Grande. O Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba foi aprovado pelo comitê em 2013 e os termos de referência para a contratação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Grande foram concluídos em 2015 com a participação do respectivo comitê, e deverá ser contratado pela ANA em 2016. O Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande já havia sido aprovado pelo comitê em 2011. Quanto ao instrumento da outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, já se encontra consolidado nessas três bacias.

Em 2012 foi elaborado estudo para subsidiar o Comitê de Bacia do Rio Paranaíba (RH Paraná) na implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos naquela bacia, tendo sido atualizado em 2013 e incorporado ao plano da bacia. Em 2014 teve início o processo de implementação da cobrança pelo Comitê, com instituição de grupo de trabalho para elaborar proposta de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União. Em 2015, o referido grupo de trabalho finalizou as discussões sobre a cobrança e a matéria deverá ser apreciada pelo plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica no primeiro semestre de 2016 e posteriormente ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

O CBH Verde Grande encaminhou ao CNRH, ao CONERH-BA e ao CERH-MG proposta de mecanismos e valores de cobrança para a bacia, tendo o CNRH aprovado a proposta e a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia deverá ter início em 2016.

No ano de 2013, foi concluído o estudo para implementar a cobrança na bacia do rio Grande, contendo estimativa do potencial de arrecadação e impacto sobre usuários característicos.

Diante do exposto, considera-se que a meta foi alcançada, em que pese o processo de elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande ainda esteja em andamento. Cabe lembrar que outras quatro bacias hidrográficas interestaduais, Paraíba do Sul, Piracicaba/Capivari/Jundiaí, São Francisco e Doce, implementaram a cobrança pelo uso de recursos hídricos em períodos anteriores a 2012.

Outras informações como mapas sobre a situação da operacionalização da cobrança podem ser obtidas em <http://www.ana.gov.br/cobranca>

Quantidade alcançada: 3 Bacias hidrográficas

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Paraná	2	unidade	2	31/12/2015
Região Hidrográfica São Francisco	1	unidade	1	31/12/2015

**Meta: Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros**



#### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Agência Nacional de Águas

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A construção do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações foi finalizada e foram disponibilizados os mapas de todos os estados brasileiros, com diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos trechos dos principais rios brasileiros. O Atlas está disponível para download no website da ANA ([www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)). O Atlas reúne informações qualificadas sobre o grau (alto, médio ou baixo) dos impactos nos trechos dos rios avaliados em todas as Unidades da Federação, podendo ser utilizado por gestores federais, estaduais e municipais para a implementação de políticas públicas de prevenção e mitigação de efeitos de eventos críticos, de uso e ocupação do solo, de planejamento de infraestrutura de controle de cheias e de medidas não estruturais (sistemas de alerta e mapeamento de riscos), para alocação mais racional de recursos públicos, além de possuir caráter informativo para a sociedade. Estão sendo realizados estudos para o corte em uma escala menor de bacias consideradas críticas para uma melhor visualização. No ano de 2015, foi feita uma adequação dos trechos de cursos d'água inundáveis da escala ao milionésimo para escala de melhor detalhe para as bacias hidrográficas do rio Doce (parte para a escala 1:100.000 e parte para a escala 1:50.000), Paraíba do Sul (para a escala 1:250.000) e Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ (para a escala 1:50.000), com a publicação dos resultados no Portal SNIRH. Quantidade alcançada: 1 Atlas  
Data de Referência: 31/12/2015

#### Meta: Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Agência Nacional de Águas

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O SNISB foi criado pela Lei nº 12.334/2010, que define a Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB. A Lei estabelece que o SNISB deve conter um registro informatizado das condições de segurança de barragens em todo o território nacional e deve incluir um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de suas informações, contemplando barragens em construção, em operação e desativadas para diferentes usos e sem qualquer restrição em termos de altura ou capacidade total do reservatório. O sistema deverá abranger todas as barragens, independentemente de estarem enquadradas na Lei.

O SNISB foi objeto de regulamentação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) quanto às diretrizes para sua aplicação e atuação, por meio da Resolução CNRH nº 144, de 2012, que estabeleceu as competências relacionadas ao sistema. Os responsáveis diretos pelas informações constantes do SNISB são: a Agência Nacional de Águas - ANA, como gestora do sistema e entidade fiscalizadora da segurança de barragens; os demais órgãos fiscalizadores; e os empreendedores de barragens.

O desenvolvimento do SNISB baseia-se num conceito modular e com desenvolvimento faseado. A modularidade tem como objetivo diminuir a complexidade do sistema, facilitando o seu desenvolvimento, as atualizações e a expansão futura. Esse modelo pretende garantir flexibilidade na inserção de novas funcionalidades e proceder à adaptação progressiva do sistema.

A estrutura do SNISB foi definida em 2014/2015 no âmbito do contrato entre o Banco Mundial e a ANA e será composto pelos seguintes módulos: Cadastro; Classificação; Plano de Segurança da Barragem (PSB); Relatório de Segurança de Barragem (RSB); Eventos Adversos; Entidades Fiscalizadoras; Registros Pendentes; Documentação; Consultas; e Administração. O documento aborda enquadramento, descrição geral, módulos do sistema, além de documentação que integram a metodologia de engenharia de software da ANA.

Em 2015 foi iniciado seu desenvolvimento pelos módulos de Administração, Entidades Fiscalizadoras, Cadastro e Registros Pendentes. Ao finalizar a primeira etapa de implementação do SNISB, a ANA irá fazer a carga inicial do sistema com as informações fornecidas pelas Entidades Fiscalizadoras das barragens.

A Fiscalização de Serviços Públicos e de Segurança de Barragens ao longo do Ciclo 2012-2015 do Plano Plurianual buscou averiguar o cumprimento da PNSB e dos normativos de segurança de barragens emitidos pela ANA, em especial, a Resolução ANA nº 742, de 2011, referente à inspeção regular de segurança de barragem e a resolução ANA nº 091, de 2012, referente ao Plano de Segurança e à Revisão Periódica de Segurança de Barragem. No âmbito do cumprimento da Lei nº 9.433/97, também foi objeto de fiscalização a situação de regularização das barragens dos empreendimentos quanto ao uso regular de recursos hídricos, por meio das outorgas dos barramentos. As campanhas de fiscalização foram priorizadas considerando o nível de perigo da barragem informado pelo empreendedor (normal, atenção, alerta e emergência).

Em 2012, o trabalho da equipe de segurança de barragens centrou-se em realizar levantamento cadastral dos empreendimentos sob jurisdição da ANA. No ano de 2013, fiscalizou-se 31 barragens distribuídas por todo território nacional. Em 2014, foram realizadas fiscalizações em 27 barragens e 31 empreendimentos em 2015.

As barragens foram priorizadas considerando o nível de perigo informado pelo empreendedor (normal, atenção, alerta e emergência). Com as vistorias realizadas no período de 2013 a 2014, foram vistoriadas todas as 52 barragens com indicativo de nível de perigo de atenção, alerta ou emergência. Desta forma, cerca de 80% das barragens sob responsabilidade fiscalizatória da ANA foram fiscalizadas até 2015, sendo que 100% dos barramentos com nível de perigo de emergência, alerta ou atenção foram visitados pelo menos uma vez pela Agência entre 2012 a 2015.

Vale destacar que como resultado das ações de fiscalização, foram recuperadas 3 barragens que apresentavam anomalias gravíssimas que comprometiam a segurança dos empreendimentos. Após a identificação pela equipe de fiscalização, a ANA exigiu a recuperação dos barramentos sob sua jurisdição fiscalizatória, as quais foram realizadas pelo empreendedor.

Paralelamente aos trabalhos de fiscalização, em 2015, foi dada continuidade à implementação das ações previstas no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 11/ANA/2013, firmado entre a ANA e o Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres (CENAD) da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC). Ainda com objetivo de buscar novas parcerias para atuação em casos de emergências envolvendo segurança de barragens, em 2015, a ANA realizou 3 campanhas em conjunto com técnicos do Exército Brasileiro.

#### Meta: Implantar sistemas estaduais de Monitoramento Hidrológico

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Agência Nacional de Águas

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: As Salas de Situação Estaduais apoiadas pela ANA e integradas à própria Sala da Agência, funcionam como centros de gestão de situações críticas, onde estão presentes o órgão gestor de recursos hídricos, instituto de meteorologia e Defesa Civil Estadual, e buscam identificar ocorrências e permitir a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos de secas e inundações. As Salas de Situação vêm sendo implantadas nos estados por meio de Acordos de Cooperação Técnica entre a Agência e os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. Até o final de dezembro de 2014, 25 Salas de Situação para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos encontravam-se em operação, já estando todas as 27 implantadas.

Em 2014 foram visitadas 15 salas de situação estaduais (AL, AC, RO, MS, RS, SC, MT, GO, BA, RR, RJ, PE, SP, MG e PR), onde foram levantadas as necessidades de capacitação e suporte técnico para o perfeito funcionamento das mesmas.

No final de 2015, todas as 27 salas de situação estaduais e a sala do DNOCS estavam em operação. Foram visitadas mais 11 salas (RN, TO, PI, SC, SE, PA,





AP, PB, CE, MA e AM), com vistas à elaboração do diagnóstico de seu funcionamento e levantamento de demandas. Adicionalmente, foi feita uma classificação das 25 salas visitadas quanto à infraestrutura física (espaço e equipamentos) e ao corpo técnico alocado (número de pessoas que trabalham nas salas e suas respectivas formações), conforme tabela abaixo:

Tipo A: Espaço adequado e equipamentos em bom estado e  $\geq 3$  pessoas e qualificação adequada; Espaço adequado e alguns equipamentos com defeito ou sem uso e  $\geq 3$  pessoas e qualificação adequada; Espaço adequado e alguns equipamentos com defeito ou sem uso e  $< 3$  pessoas e qualificação adequada.

Tipo B: Espaço inadequado e equipamentos em bom estado e  $\geq 3$  pessoas e qualificação adequada; Espaço inadequado e equipamentos em bom estado e  $< 3$  pessoas e qualificação adequada; Espaço adequado e alguns equipamentos com defeito ou sem uso e  $< 3$  pessoas e qualificação adequada; Espaço adequado e alguns equipamentos com defeito ou sem uso e  $\geq 3$  pessoas e qualificação parcialmente adequada; Espaço adequado e equipamentos em bom estado e  $\geq 3$  pessoas e qualificação parcialmente adequada; Espaço adequado e equipamentos em bom estado e  $< 3$  pessoas e qualificação parcialmente adequada.

Tipo C: Espaço inadequado e alguns equipamentos com defeito ou sem uso e  $\geq 3$  pessoas e qualificação adequada; Espaço inadequado e alguns equipamentos com defeito ou sem uso e  $< 3$  pessoas e qualificação adequada; Espaço inadequado e alguns equipamentos com defeito ou sem uso e  $\geq 3$  pessoas e qualificação parcialmente adequada; Espaço inadequado e equipamentos em bom estado e  $\geq 3$  pessoas e qualificação parcialmente adequada; Espaço inadequado e equipamentos em bom estado e  $< 3$  pessoas e qualificação parcialmente adequada; Espaço adequado e alguns equipamentos com defeito ou sem uso e  $< 3$  pessoas e qualificação parcialmente adequada; Espaço adequado e alguns equipamentos com defeito ou sem uso e  $\geq 3$  pessoas e qualificação inadequada; Espaço adequado e equipamentos em bom estado e  $\geq 3$  pessoas e qualificação inadequada; Espaço adequado e equipamentos em bom estado e  $< 3$  pessoas e qualificação inadequada.

Tipo D: Espaço inadequado e alguns equipamentos com defeito ou sem uso e  $< 3$  pessoas e qualificação parcialmente adequada; Espaço inadequado e alguns equipamentos com defeito ou sem uso e  $\geq 3$  pessoas e qualificação inadequada; Espaço inadequado e alguns equipamentos com defeito ou sem uso e  $< 3$  pessoas e qualificação inadequada; Espaço inadequado e equipamentos em bom estado e  $\geq 3$  pessoas e qualificação inadequada; Espaço inadequado e equipamentos em bom estado e  $< 3$  pessoas e qualificação inadequada; Espaço adequado e alguns equipamentos com defeito ou sem uso e  $< 3$  pessoas e qualificação inadequada.

Com base nos critérios descritos na tabela acima, assim ficaram classificadas as 25 salas: Tipo A (9): MG, PA, PB, SC, AC, PE, RJ, RO e SP  
Tipo B (12): AP, CE, MA, PR, SE, TO, AL, GO, MS, MT, RS, BA  
Tipo C (4): AM, RN, RR, PI  
Tipo D (0)

#### Meta: Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Agência Nacional de Águas

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O monitoramento hidrometeorológico no Brasil é fundamental para o conhecimento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos no País e é realizado por meio da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN). São levantadas, tratadas e disponibilizadas informações sobre a capacidade, potencial, disponibilidade e qualidade de água de nossas bacias hidrográficas, além do regime das chuvas em todo o território nacional. A Agência Nacional de Águas (ANA) é responsável pela coordenação da RHN com cerca de 21.000 estações hidrometeorológicas, sendo que coordena diretamente a operação de 4.500 estações hidrometeorológicas, investindo na sua modernização tecnológica da estrutura operacional. Estão sendo ampliados os equipamentos de hidrometria dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, que auxiliam no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados. No ano de 2015, foram modernizadas 99 estações hidrometeorológicas. De 2012 até o momento, foram modernizadas 1096 estações hidrometeorológicas

Quantidade alcançada: 1.096 Estações da Rede Hidrometeorológica Nacional

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	236	unidade	197	31/12/2015
Região Hidrográfica Atlântico Leste	60	unidade	61	31/12/2015
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	35	unidade	55	31/12/2015
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	34	unidade	96	31/12/2015
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	105	unidade	103	31/12/2015
Região Hidrográfica Atlântico Sul	65	unidade	86	31/12/2015
Região Hidrográfica Paraguai	110	unidade	53	31/12/2015
Região Hidrográfica Paraná	80	unidade	127	31/12/2015
Região Hidrográfica Parnaíba	35	unidade	30	31/12/2015
Região Hidrográfica São Francisco	81	unidade	89	31/12/2015
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	81	unidade	127	31/12/2015
Região Hidrográfica Uruguai	68	unidade	72	31/12/2015



## INICIATIVAS

**Iniciativa: 02GD - Aprimoramento do monitoramento Hidrológico Quanti-Qualitativo de águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas**

### Informações Básicas

Individualizada: Não

**Iniciativa: 02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação**

### Informações Básicas

Individualizada: Não

**Iniciativa: 02GF - Modernização da Rede Hidrometeorológica**

### Informações Básicas

Individualizada: Sim

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Em 2012 foram modernizadas 166 estações hidrometeorológicas, correspondendo à aquisição de 475 equipamentos. No primeiro semestre de 2013, foram modernizadas 62 estações hidrometeorológicas, totalizando 166 estações. Em 2013, foram modernizadas 333 estações hidrometeorológicas, totalizando 706 estações. No ano de 2014, foram modernizadas 291 estações hidrometeorológicas, totalizando 997 estações. No ano de 2015, foram modernizadas 99 estações hidrometeorológicas, totalizando de 2012 a 2015 1096 estações. O quantitativo de modernização por região hidrográfica sofreu alterações em função das demandas identificadas no aprimoramento da gestão de recursos hídricos, em especial, o acompanhamento de eventos hidrológicos críticos (inundações e estiagens).

**Iniciativa: 02GH - Regulação e fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragem**

### Informações Básicas

Individualizada: Não

**Objetivo: 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.**

### Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Nos anos de 2012 a 2015 foram empreendidas diversas ações para o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídrico - SINGREH, e pode ser considerado um período de avanços e aperfeiçoamentos. Destacam-se o incremento da área de capacitação do SINGREH, a implementação de um programa para fortalecimento da gestão estadual de recursos hídricos, e avanços na gestão descentralizada e participativa efetivada por meio da atuação dos comitês de bacia hidrográfica.

Em 2012 a ANA desenvolveu diversas ações formativas para a capacitação de pessoas para atuarem no processo de execução da Política Nacional de Recursos Hídricos. Nesse ano foram realizados 49 cursos diferentes com 113 turmas e foram capacitadas 7.308 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais, conselhos e usuários de todos os estados da federação. Em 2013, o total de pessoas capacitadas para esse mesmo público foi de 12.534 e em 2014, 22.317 pessoas. Em 2015, foram realizadas 450 turmas de 53 cursos, o que resultou na capacitação de 33.565 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União e diversos Comitês de Bacia Estaduais, órgãos estaduais, conselhos e usuários de todos os estados da federação. Foram 22.448 pessoas aprovadas em cursos totalmente a distância sem tutoria, 9.950 pessoas aprovadas em cursos a distância com tutoria e 1139 pessoas aprovadas em cursos presenciais ou semipresenciais. De 2012 até o momento foram capacitadas mais de 75 mil pessoas.

Durante esse período, houve o acompanhamento e apoio a nove comitês de bacia hidrográfica interestaduais: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ; São Francisco; Doce; Paranaíba; Verde Grande; Piancó-Piranhas-Açu; Paranapanema e Grande. Esses nove colegiados encontram-se em diferentes situações, as quais refletem o grau de implementação de instrumentos de gestão previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos-PNRH. Quatro CBHs possuem planos de recorte dos hídricos, cobrança pelo uso de recursos hídricos aprovada, e entidade delegatária de funções de agência de água. São os comitês do Paraíba do Sul, Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ, São Francisco, e Doce. O Verde Grande aprovou a cobrança em 2015 e indicou entidade delegatária ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH. O Paranaíba avançou na discussão acerca cobrança e da estratégia para indicação de entidade delegatária. O Piancó-Piranhas-Açu dedicou-se a elaboração de seu plano. O Grande e o Paranapanema iniciaram a elaboração de seus planos de recursos hídricos. Além desses nove CBHs instalados e em funcionamento, tem sido apoiado os processos de mobilização social para criação dos comitês do Parnaíba e Uruguai. Portanto, considerando essas diferentes realidades, o acompanhamento e apoio provido pela ANA abrange diferentes ações e formas de envolvimento, que são determinadas em função das demandas e atividades desempenhadas pelos comitês.

Quanto ao fortalecimento da gestão estadual de recursos hídricos, houve a adesão dos 27 Estados ao Prógestão, programa iniciado em 2013 para materializar uma parte do Pacto Nacional de Gestão das Águas. Em 2015, somente a assinatura do contrato Prógestão com o Distrito Federal ainda se encontra em fase de tramitação. Em 2015 o Programa repassou o montante de R\$ 16 milhões a 23 diferentes estados, mediante o cumprimento de metas institucionais pré-estabelecidas e devidamente certificadas. As metas foram divididas em metas de cooperação federativa, definidas pela ANA com base em normativos legais ou de compartilhamento de informações, e metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual selecionadas pelos órgãos gestores e aprovadas pelos respectivos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, a partir da tipologia de gestão escolhida pelo estado.

## METAS

**Meta: Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Agência Nacional de Águas

### Informações do Monitoramento



**Análise Situacional da Meta:** Em 2012 a ANA desenvolveu diversas ações formativas para a capacitação de pessoas para atuarem no processo de execução da Política Nacional de Recursos Hídricos. Nesse ano foram realizadas: 113 turmas de 49 cursos diferentes e no total foram capacitadas 7.308 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais, conselhos e usuários de todos os estados da federação. Em 2013 o total de pessoas capacitadas para esse mesmo público foi de 12.534 e em 2014 foram capacitadas 22.317 pessoas. Em 2015, foram realizadas 450 turmas de 53 cursos, o que resultou na capacitação de 33.565 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União e diversos Comitês de Bacia Estaduais, órgãos estaduais, conselhos e usuários de todos os estados da federação. Foram 22.448 pessoas aprovadas em cursos totalmente a distância sem tutoria, 9.950 pessoas aprovadas em cursos a distância com tutoria e 1139 pessoas aprovadas em cursos presenciais ou semipresenciais. Os 53 cursos oferecidos abrangem diversos temas, tais como: Hidrologia/ Hidrometria, Qualidade da Água, Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos, Educação e Participação Social na Gestão de Recursos Hídricos, Segurança de Barragens, Geoprocessamento e sensoriamento remoto. De 2012 até o momento foram capacitadas mais de 75 mil pessoas  
Quantidade alcançada: 100 %  
Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Agência Nacional de Águas

**Informações do Monitoramento**

**Análise Situacional da Meta:** Inicialmente a meta foi estipulada para a consolidação e funcionamento de cinco comitês de bacia hidrográfica interestaduais, de forma que a apuração da meta se refere ao comitê instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações pertinentes às suas atribuições. Considera-se cumprida a meta para os cinco comitês: São Francisco, Doce; Paranaíba; Píancó-Piranhas-Açu; e Grande; estando todos instalados, com ao menos duas reuniões plenárias por ano, com reuniões de câmaras técnicas e grupos de trabalho, e com pauta de discussão relevante, contendo inclusive temas referentes à implementação de instrumentos de gestão. Além desses cinco, a ANA ainda tem provido apoio a mais quatro comitês instalados: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ; Verde Grande; e Parapanema; e dois em fase de mobilização social que antecede a criação dos colegiados: Parnaíba e Uruguai. A seguir são elencados destaques e observações para cada um desses comitês.

O São Francisco, Doce, Paraíba do Sul e PCJ, que são os comitês com a cobrança pelo uso de recursos hídricos implementada, adotaram a utilização de Plano de Aplicação Plurianual – PAP para uso dos recursos advindos da cobrança. A utilização desses PAPs proporcionou o aprimoramento da aplicação dos recursos e aumento do índice de desembolso das respectivas entidades delegatárias.

No caso do São Francisco, de uma maneira geral, dentre as ações e projetos desenvolvidos, destacam-se assuntos relacionados a recuperação hidroambiental e planos municipais de saneamento básico, além de uma grande campanha de comunicação “Eu viro carranca para defender o Velho Chico”. Esse comitê está em fase de revisão do plano de recursos hídricos. Em 2012 foi elaborado o PAP 2013/2015, e em 2015 foi elaborado o PAP 2016/2018.

No Doce, de uma maneira geral, dentre as ações e projetos desenvolvidos, destacam-se assuntos relacionados a elaboração de planos municipais de saneamento básico, práticas de conservação e uso racional da água, e recomposição de matas ciliares. Cabe destacar que em 2015, em função do desastre de Mariana, foram incluídas ações para o enfrentamento da situação no âmbito do contrato de gestão celebrado entre a ANA e o Instituto Bioatlântica-IBIO, que é a entidade delegatária das funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce. Em 2012 foi elaborado o PAP 2013/2015, e em 2015 foi elaborado o PAP 2016/2018.

No Paraíba do Sul, identificam-se ações do comitê e entidade delegatária para o enfrentamento da crise hídrica, podendo-se citar contratações para viabilizar a retirada do volume morto do reservatório de Paraibuna (para garantir abastecimento durante olimpíadas) e apoio à Superintendência de Regulação da ANA – SRE/ANA na remoção do capim capituva. De uma maneira geral, dentre as ações e projetos desenvolvidos, destacam-se assuntos como elaboração de planos municipais de gestão de resíduos sólidos e seleção de projetos de pagamento por serviços ambientais. O PAP foi aprovado em 2013 e será novamente revisto em 2016, e está em fase de revisão o plano de recursos hídricos.

No caso do PCJ, de uma maneira geral, dentre as ações e projetos desenvolvidos, destacam-se assuntos relacionados a monitoramento hidrológico, elaboração de plano diretor de combate às perdas em sistemas de abastecimento público e produção de vídeos educacionais. O PAP foi aprovado em 2013 e será novamente revisto em 2016.

No caso do Verde Grande e Paranaíba, em 2014 e 2015 foram realizadas discussões importantes para a definição e aprovação da cobrança. O Verde Grande aprovou a cobrança e indicou para atuar como agência de bacia a mesma entidade delegatária do comitê do São Francisco, chamada Agência de Bacia Peixe Vivo. Essa indicação ainda necessita ratificação do CNRH.

O Paranaíba dedicou-se a elaboração do plano de recursos hídricos. Após a conclusão do plano, foi intensificada a discussão acerca da cobrança e seleção da entidade delegatária. Em 2015 houve bastante avanço na discussão da cobrança.

O Grande e o Parapanema foram instalados em 2012, e iniciaram a elaboração de seus planos de recursos hídricos em 2015. Pode-se destacar o apoio da ANA para elaboração desses planos, e para que seja garantida a devida participação social nesses processos. Tem sido discutida a forma de apoio ao funcionamento de suas Secretarias Executivas.

No caso do Píancó-Piranhas-Açu, em 2015 foi encerrada a vigência do Termo de Parceria celebrado em 2011, e, por meio de novo chamamento público, foi selecionada a mesma ADESE (Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó) para firmar novo Termo de Parceria e dar continuidade ao serviço de apoio ao comitê.

Quantidade alcançada: 5 Comitês  
Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	1	unidade	1	31/12/2015
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1	unidade	1	31/12/2015
Região Hidrográfica Paraná	2	unidade	2	31/12/2015
Região Hidrográfica São Francisco	1	unidade	1	31/12/2015

**Meta: Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Agência Nacional de Águas

**Informações do Monitoramento**

**Análise Situacional da Meta:** Em 2012, dando continuidade aos esforços para fortalecer a gestão integrada dos recursos hídricos no País, os quais resultaram na assinatura da Carta de Brasília, em 13 de dezembro de 2011, por 24 Estados (AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MA, MT, MS, PA, PI, PB,



RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP e TO), a ANA elaborou os documentos-base do Pacto Nacional pela Gestão das Águas destacando seus aspectos conceituais e sua estratégia de implementação. O Pacto se configura como uma extensa estratégia de cooperação federativa para o fortalecimento dos Sistemas e Órgãos Estaduais, visando a uma maior integração no âmbito do SINGREH.

Inicialmente, foi previsto um pacto de metas de gestão entre os Estados, de forma que estes se estruturassem para futuramente alcançarem as condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades. A ANA ofereceria uma contrapartida financeira, baseada no pagamento por resultados, com a previsão de repasse anual de um montante de cerca de R\$ 20 milhões para o Programa (média de R\$ 750 mil por Estado).

Em 2013, de forma a materializar o Pacto, foi desenhado o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Prógestão. Nesse Programa, a partir da adesão dos governos estaduais por meio da publicação de um decreto, o Estado indicaria o interlocutor para coordenar as ações de gerenciamento de recursos hídricos no seu território. A ANA inicia, assim, em conjunto com os Estados, um processo de negociação das metas, que são pactuadas e submetidas à apreciação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH. Caso aprovado, os Estados celebram um contrato com a ANA formalizando o compromisso do cumprimento das metas e os valores a serem repassados mediante a comprovação da execução das mesmas, com previsão de repasse de até cinco parcelas anuais de R\$ 750 mil, para cada estado. Nesse ano, 18 Estados (AL, PB, RN, PI, SE, MA, AC, TO, RO, AM, PA, MT, MS, GO, RJ, PR, SC e RS) aderem ao Programa, sendo que a adesão dos demais se dá em 2014. Em 2015, após quase três anos de seu lançamento, o Prógestão alcança, assim, todas as unidades da federação, sendo que somente o contrato com o Distrito Federal ainda está em fase de tramitação.

As metas foram divididas em metas de cooperação federativa, ou de compartilhamento de informações, e metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual selecionadas pelos órgãos gestores e aprovadas pelos respectivos CERH, a partir da tipologia de gestão escolhida pelo estado. São exemplos de metas o aperfeiçoamento da rede de monitoramento hidrometeorológico e de qualidade das águas, o funcionamento adequado da sala de situação/rede de alerta do estado, o compartilhamento dos dados de cadastro de usuários de recursos hídricos de domínio estadual, a emissão de outorga para uso dos recursos hídricos, a elaboração de estudos e planos de bacia, a capacitação de servidores, a implementação da cobrança pelo uso da água nas bacias hidrográficas, entre outras ações.

Coube aos estados a definição da tipologia de gestão que melhor refletia sua visão de futuro, observada sua realidade e suas aspirações. Para tanto, foi feita uma associação entre a complexidade exigida no processo de gestão de recursos hídricos e a estrutura institucional necessária para enfrentar os desafios estabelecidos, tendo sido identificadas quatro tipologias de gestão – variando de estruturas básicas (tipologia “A”) a estruturas mais avançadas (tipologia “D”), decorrentes de exigências impostas por situações de maior complexidade. Verifica-se, para o conjunto das unidades da federação, que predomina na Região Norte a tipologia “A”, enquanto no Centro Oeste e Sul prevalece a tipologia “B”, onde os conflitos pelo uso da água estão presentes somente em áreas críticas. Na Região Nordeste coexistem as tipologias “B” e “C”, tendo o Ceará optado pela tipologia “D”, demonstrando o alto grau de complexidade na gestão dos recursos hídricos neste estado, em função de sua escassez. Já no Sudeste, a tipologia “D” é preponderante (MG, RJ e SP), comprovando a existência de conflitos e problemas generalizados de disponibilidade hídrica, principalmente qualitativa, com graus de urbanização e industrialização mais intensos.

A primeira parcela do Programa – no valor integral de R\$ 750 mil – é repassada com a aprovação do Quadro de Metas pelo CERH e assinatura do contrato. As demais estão condicionadas ao cumprimento das metas e os valores anuais transferidos serão proporcionais ao cálculo da nota obtida no processo de certificação, tanto pelas áreas competentes da ANA na avaliação das metas de cooperação federativa, quanto pelo CERH no caso da apreciação das metas estaduais.

Até dezembro de 2015, o Programa desembolsou um total de R\$ 39,4 milhões. Destaca-se que os recursos do Prógestão devem ser aplicados exclusivamente em ações de gerenciamento de recursos hídricos e de fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Quantidade alcançada: 26 Estados da Federação

Data de Referência: 31/12/2015

## INICIATIVAS

**Iniciativa: 02GU - Apoio à estruturação técnica e institucional dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)**

### Informações Básicas

Individualizada: Não

**Iniciativa: 02GV - Promoção da integração federativa para gestão de recursos hídricos**

### Informações Básicas

Individualizada: Não

**Objetivo: 0663 - Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.**

### Informações Básicas

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Em 2015, destacaram-se os seguintes avanços para subsidiar a articulação de políticas públicas e setores usuários:

-Desenvolvimento das "Contas Econômicas Ambientais da Água do Brasil", utilizando os coeficientes técnicos de uso de recursos hídricos na indústria e irrigação.

- Desenvolvimento de estudos de mapeamento de áreas irrigadas por pivôs centrais, em parceria com a EMBRAPA, com resultados já consolidados para os anos de 2013 e 2014.- Desenvolvimento de estudos de mapeamento da área cultivada de café nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, em parceria com a CONAB, com resultados previstos para o segundo semestre de 2017.

- Desenvolvimento de estudos de mapeamento da área irrigada de cana-de açúcar na região centro-sul do Brasil, iniciado ao final de 2015, com resultados previstos para o segundo semestre de 2016.

-Desenvolvimento do Atlas de Despoluição de Bacias Hidrográficas – Tratamento de Esgotos Urbanos, com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2016. O escopo do Atlas de Despoluição, iniciado em fevereiro de 2014, consiste na análise dos sistemas de esgotamento sanitário de todas as sedes municipais do País e a proposição de ações e obras de coleta e tratamento de esgotos, com foco na proteção dos recursos hídricos, no seu uso sustentável para diluição de efluentes e na racionalização dos investimentos.

-Desenvolvimento do estudo de Bacias Críticas (Modelagem Quantitativa e Qualitativa de Trechos de Rio em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas) que trata do refinamento das informações de balanço hídrico em áreas selecionadas de forma a subsidiar as ações de gestão de recursos hídricos, a ser concluído no primeiro semestre de 2016. Esse estudo trará diretrizes para a gestão dos recursos hídricos em áreas de maior vulnerabilidade, com vistas a reduzir os conflitos existentes nessas regiões.



-Desenvolvimento do Plano Nacional de Segurança Hídrica, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2016. O Plano Nacional de Segurança Hídrica, iniciado em setembro de 2014, é resultado de parceria firmada entre o Ministério da Integração Nacional e a ANA e tem como escopo a definição das principais intervenções estruturantes do País (Barragens, Sistemas Adutores, Canais e Eixos de Integração), de natureza estratégica e relevância regional, necessárias para: i) garantir a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas e ii) reduzir os riscos associados a eventos críticos (secas e cheias), para o horizonte de 2035. Os planos de recursos hídricos mais recentemente elaborados ou em revisão pela ANA têm procurado considerar os impactos da mudança do clima sobre os recursos hídricos. Os planos da margem direita do Amazonas, do Paranaíba e do Paranapanema consideraram essa força em sua elaboração, introduzindo-a nos cenários prospectivos (usualmente no mais crítico). Além disso, a ANA é uma das coordenadoras dos trabalhos da Rede Água no âmbito da elaboração do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas.

## METAS

**Meta: Definir áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em 5 bacias hidrográficas prioritárias**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Meio Ambiente

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O MMA desenvolveu, ao longo dos anos de 2011 a 2015, estudos para orientar os usos dos recursos hídricos na bacia hidrográfica dos rios Tapajós e Juruena (Região Hidrográfica Amazônica). Os resultados dessa ação são utilizados como subsídio à definição de áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, no âmbito do planejamento de recursos hídricos

Quantidade alcançada: 1 Bacias hidrográficas

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	1	unidade	1	31/12/2015
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1	unidade	0	31/12/2015
Região Hidrográfica Paraguai	1	unidade	0	31/12/2015
Região Hidrográfica São Francisco	2	unidade	0	31/12/2015

**Meta: Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento)**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Meio Ambiente

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Uma das iniciativas de elaboração desse tipo de estudo no Brasil foi o desenvolvimento de uma Matriz de Coeficientes Técnicos em parceria firmada entre o Ministério do Meio Ambiente, a Fundação Banco do Brasil e a Fundação de Apoio à Universidade Federal de Viçosa. Os estudos, que englobaram as atividades industriais e de agricultura irrigada, foram finalizados em 2011. Outra atividade que também objetiva explicitar as demandas de água bruta pelos setores da economia é o desenvolvimento das Contas Econômicas Ambientais da Água, por meio de metodologia definida pela Divisão de Estatística das Nações Unidas (DENU). No Brasil essa atividade foi iniciada com a publicação da Portaria Interministerial nº 236, de maio de 2012, que criou o Comitê das Contas Econômicas Ambientais da Água, envolvendo o IBGE, a ANA e a SRHU/MMA, objetivando explicitar, de forma coerente com o Sistema de Contas Nacionais, as relações entre água e economia. Em 2013 foram realizadas diversas reuniões, cursos de capacitação e seminário regional sobre contas econômicas ambientais promovido pelo IBGE e DENU. Também, a convite das Nações Unidas, o IBGE e ANA participaram de reuniões do Grupo de Especialistas sobre Abordagens de Instrumentos e Modelagem para Realização de Contas Experimentais de Ecossistemas e do Grupo de Especialistas sobre as Diretrizes para a Compilação das Contas e Estatísticas da Água. O Grupo Executivo das Contas Econômicas Ambientais da Água no Brasil (GE-CEAA) dedicou-se às atividades de coleta e organização de dados sobre estoques de águas continentais, fluxos de entrada e saída de água no território e ativos de recursos hídricos, além de dedicar-se às estimativas de fluxos do meio ambiente para a economia, como por exemplo o consumo de água na indústria, irrigação e saneamento. Um dos resultados dessa atividade foi a consolidação da primeira versão da Tabela Simplificada de Dados 2000-2012 a partir das estimativas de estoques e fluxos de recursos hídricos. Em 2014 foi realizado o Curso de Contas Nacionais aplicado às Contas Econômicas Ambientais com ênfase em recursos hídricos, organizado no âmbito da parceria MMA, ANA e IBGE, que contou com a presença de servidores da ANA, IBAMA, Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Serviço Florestal Brasileiro. Foi realizado também o Seminário Internacional sobre Contas Econômicas Ambientais da Água, em novembro de 2014, organizado pelo MMA, ANA e CEPAL, com o objetivo de compartilhamento de experiências internacionais no desenvolvimento das contas da água e como seus resultados podem subsidiar políticas. Em 2015, além das reuniões do Grupo Executivo das CEAA, foi criado, no âmbito da ANA, o Grupo de Trabalho para a proposição de um Painel de Estatísticas de Recursos Hídricos e Indicadores Derivados (sugestão esta advinda do Seminário Internacional de 2014), a participação de dois servidores da ANA no programa de capacitação sobre o "Marco Central del Sistema de Contabilidad Ambiental-Económica para América Latina y el Caribe" promovido pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e foi realizado o "II Seminário Internacional Contas Econômicas Ambientais da Água: contribuições para o desenvolvimento sustentável" no âmbito do XXI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (SBRH) da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, com a participação de representantes do governo, da academia, de ONGs e do setor privado, além de representantes da academia da Austrália que apresentaram e debateram sobre a experiência daquele país no desenvolvimento das Contas Econômicas Ambientais da Água.

O Grupo Executivo das Contas continua desenvolvendo as atividades de coleta e organização de dados sobre estoques e fluxos de recursos hídricos, atualização da Tabela Simplificada de Dados, além de disponibilizar dados para o Questionário 2013 de Estatísticas Ambientais, demandado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

No âmbito da ANA foi licitado e contratado "Estudos de estimativa de demandas e usos consuntivos de água, contemplando a definição de metodologias, a construção de base de dados e a produção, atualização, armazenamento e disponibilização de resultados das estimativas de demandas e usos consuntivos da água ao longo do tempo", incluindo, entre outros, as demandas de água pela indústria, irrigação e saneamento. Esse estudo encontra-se em fase final de elaboração, com 70% de execução e previsão de entrega dos resultados finais em 2016. Espera-se ao final do estudo contar, do ponto de vista metodológico e de base de dados, com as informações mais atuais sobre as demandas de água para uso consuntivo em todo o território nacional.

Quantidade alcançada: 0 Setores usuários de água

Data de Referência: 31/12/2015





**Meta: Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orientar as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Agência Nacional de Águas

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Em 2015 deu-se seguimento à execução de dois estudos que permitirão ao país avançar no planejamento de políticas públicas associadas aos setores de Saneamento e de Infraestrutura Hídrica, com vistas à segurança hídrica e ao desenvolvimento sustentável, são eles: Atlas de Despoluição de Bacias Hidrográficas e o Plano Nacional de Segurança Hídrica, estudos estes realizados no âmbito do INTERÁGUAS, em parceria com o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração Nacional, respectivamente. O Atlas de Despoluição tem como objetivo a análise dos sistemas de esgotamento sanitário de todas as sedes municipais do País e a proposição de ações e obras de coleta e tratamento de esgotos, com foco na proteção dos recursos hídricos, no seu uso sustentável para diluição de efluentes e na racionalização dos investimentos. Já o Plano Nacional de Segurança Hídrica tem como objetivo a definição das principais intervenções estruturantes do País (Barragens, Sistemas Adutores, Canais e Eixos de Integração), de natureza estratégica e relevância regional, necessárias para: i) garantir a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas e ii) reduzir os riscos associados a eventos críticos (secas e cheias), para o horizonte de 2035. Entre os resultados preliminares alcançados durante a elaboração do PNSH, destacam-se: o detalhamento das intervenções propostas para o Nordeste Setentrional, em um contexto que inclui as complementariedades necessárias ao Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF; e o detalhamento das intervenções na Região Sul do país, com foco na avaliação da do aumento de capacidade de reservação de água no Rio Grande do Sul.

Os resultados de ambos os estudos estão previstos para o segundo semestre de 2016.

Quantidade alcançada: 0 Programas

Data de Referência: 31/12/2015

**INICIATIVAS**

**Iniciativa: 02GW - Elaboração e disponibilização de estudos, planos e instrumentos de apoio técnico às Políticas Públicas com interferência nos recursos hídricos**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**Iniciativa: 02GX - Estabelecimento de estratégias para implementação dos Planos de Recursos Hídricos e integração com as demais Políticas Públicas, planos e programas relacionados a recursos hídricos**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**Objetivo: 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.**

**Informações Básicas**

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional do Objetivo: A revitalização implementada pelo Governo Federal consiste em promover e fortalecer um conjunto de ações integradas de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebidas e executadas de forma articulada e participativa.

No período de 2012-2015, dentre as principais avanços alcançados pelo Objetivo em prol da revitalização de bacias hidrográficas, destacam-se a continuidade dos projetos prioritários do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, como projetos de manejo integrado de microbacias que contemplam intervenções destinadas à conservação da água e do solo na região do Alto São Francisco; implementação das atividades dos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas – CRAD, na região do Alto São Francisco, em parceria com a Universidade Federal de Lavras – UFLA e do Baixo São Francisco, com a Universidade Federal de Alagoas – UFAL e Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, que visam implantar e difundir modelos demonstrativos de restauração de ambientes florestais na bacia do São Francisco; e realização de Operações de Fiscalizações Preventivas Integradas – FPI, com vistas a promover a recuperação dessa bacia e estimular práticas que reparem e previnam danos ambientais.

Em 2015, no contexto do Programa Interáguas foi contratada consultoria para atualização e complementação do diagnóstico do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Como instrumento técnico, essa atualização do diagnóstico fornecerá informações das dimensões físico-biótica, socioeconômica e jurídico-institucional que irão possibilitar, por meio de sua análise integrada, identificar as potencialidades e vulnerabilidades que devem ser consideradas quando da formulação e espacialização de diferentes políticas públicas, influenciando, assim, a apropriação territorial da bacia pela sociedade.

Em 2013, concluiu-se o Projeto Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio Uberabinha, visando à melhoria da qualidade e quantidade de água dos mananciais que abastecem o Município de Uberlândia em Minas Gerais, executado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e o Projeto de Revitalização de microbacia urbana no município de São João de Meriti/RJ com a recuperação de 7,1 hectares no Parque Natural Municipal Jardim Jurema, por intermédio do plantio de cerca de 15.000 espécies nativas do bioma Mata Atlântica e atividades de educação ambiental e mobilização social.

Com o objetivo de desenvolver ações de revitalização do Parque Ambiental Chico Mendes no município de Rio Branco/Acre, em 2014 foi firmado convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e o município de Rio Branco, no qual prevê obras de recuperação de infraestrutura do Parque e atividades de educação ambiental.

Na Região Hidrográfica do Alto Paraguai destacam-se a execução do projeto de recuperação das nascentes e mobilização para conservação dos recursos hídricos do Pantanal Matogrossense, em parceria com a Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT; ações de recuperação e conservação ambiental na microbacia hidrográfica das nascentes do rio Aquidauana, localizada no município de São Gabriel do Oeste/MS, por intermédio da recuperação de 18 km de matas ciliares; o terraceamento de 1.200 hectares; a adequação de 6 km de estradas rurais; e a estabilização de processos erosivos e o plantio de 11.000 mudas de espécies florestais nativas.

Além disso, foram concluídas ações de revitalização no perímetro urbano do município de Anastácio/MS, nas margens do rio Aquidauana, por meio do cercamento de Áreas de Preservação Permanente, do reflorestamento concomitantemente com ações de educação ambiental. Como principais resultados se destacam o isolamento de 3.000 metros de APP no perímetro urbano; plantio de 20.000 mudas de espécies florestais nativas; população local conscientizada e informada por meio da realização de reuniões e da distribuição de cartilhas informativas; melhoria das condições ambientais; e recuperação ambiental de 3 Km de mata ciliar ao longo do rio Aquidauana.

Em 2014, formalizada parceria com o Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul – IMASUL para apoio ao projeto “Capacitação para o desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica do rio Taquari”, com o objetivo de capacitar e envolver a população residente nos municípios pertencentes à bacia hidrográfica do rio Taquari em processos que busquem novas formas de conduta voltadas à preservação e conservação dos recursos



naturais.

Na Região Hidrográfica do Tocantins Araguaia a finalização do projeto de recuperação de Ipucas (fragmentos florestais naturais sazonalmente alagados) na planície do Araguaia no Estado do Tocantins, com o objetivo de recuperar áreas degradadas, devido atividades de expansão agrícola nos municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão, por intermédio do reflorestamento por meio de introdução de espécies nativas e regeneração natural, visando sua reabilitação, manejo e conservação.

Com relação às ações de recuperação e controle de processos erosivos executadas pela Codevasf, foram aplicados recursos para a recuperação e Controle de Processos Erosivos em diversos Municípios nos estados Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Piauí, abrangidos pelas Bacias do São Francisco e do Parnaíba.

Em referência à conservação e recuperação de solos, matas ciliares e áreas de nascentes, no período foram recuperados e conservados 1.645 ha, sendo 521 ha em recuperação e conservação de solo e água, inclusive readequação de estradas vicinais, e 1124 ha em recuperação de cobertura vegetal em áreas de preservação totalizando permanente (nascentes, topos de morro, reserva legal, mata ciliar, APP). O principal legado desses projetos é a função de influenciar o resto da bacia em práticas conservacionistas de solo e água.

No que diz respeito a despoluição das bacias hidrográficas, para o primeiro semestre, no período compreendido entre 2012 e 2015, 20 Estações de Tratamento de Esgoto - ETEs contribuíram para abater cerca de 40.600 toneladas de DBO, com uma média anual de 27.807,39 kg DBO/dia.

## METAS

**Meta: Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Meio Ambiente

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram desenvolvidas atividades de recuperação e conservação do solo, matas ciliares e nascentes, atingindo 1.779 ha de áreas recuperadas e conservadas nas seguintes localidades: bacia hidrográfica do Ribeirão João Leite/GO, bacia hidrográfica do rio Pípiripau/DF, Apucarana/PR, Viçosa/MG, bacia hidrográfica do rio Taquarussu/TO, Rio Verde/GO, bacia hidrográfica do rio Claro/MG.

No exercício de 2013 foram implementados parcialmente projetos contratados no exercício (Extrema/MG, Cedro do Abaeté/MG, Ibiá/MG, Rio Branco/AC, bacia hidrográfica do rio Camburiu/SC, bacia hidrográfica do PCJ, bacia hidrográfica do rio Guandu e APA do Platingi/BA) e concluídos projetos contratados no exercício anterior, totalizando 1.645 ha, sendo 521 ha em recuperação e conservação de solo e água, inclusive readequação de estradas vicinais, e 1124 ha em recuperação de cobertura vegetal em áreas de preservação permanente (nascentes, topos de morro, reserva legal, mata ciliar, APP). Em 2014 foram recuperados e conservados 3.033 ha, por meio da implementação dos seguintes projetos: Nova Friburgo/RJ, Canindé do São Francisco/SE, Viçosa/MG, Jaguariuna, Mirasol d'Oeste, Alta Floresta/MT, Igarapé/MG, Bom Despacho/MG, Salesópolis/SP, Curitiba e Castro/PR.

Em 2015 foram recuperados 1.121 ha dos projetos que já estavam em execução e foram contratados mais 14 projetos: BH João Leite (Goiânia, Nerópolis e Anápolis)/GO, Bom Despacho/MG, Tangará da Serra/MT, Luz/MG, Ibirapitanga/BA; Paraíba do Sul/RJ; Sete Lagoas/MG; Uberaba/MG; Pimenta/MG; Carmo do Cajuru/MG; Bauru/SP; Vera Cruz/RS; Holambra/SP; Botucatu/SP; Pardinho/SP.

Por fim, os projetos em andamento possuem uma área de abrangência de cerca de 400.000 (área total das bacias trabalhadas) e impactando cerca de 35 milhões de habitantes, incluindo 7 regiões metropolitanas (mananciais de abastecimento de capitais – São Paulo, Rio de Janeiro, Palmas, Rio Branco, Campo Grande, Goiânia e Brasília) e de 2012 até o momento foram recuperados e conservados um total de 7.754 ha.

Como desafio para a ação, entende-se que é necessário aprimorar a assistência técnica prestada aos projetos. Por outro lado, diversos municípios (poder público e sociedade civil) perceberam a importância do Programa por meio do envolvimento das instituições participantes.

Quantidade alcançada: 7.754 Hectares

Data de Referência: 12/01/2016

**Meta: Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - média anual**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Agência Nacional de Águas

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) consiste na concessão de estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, desde que cumpridas as condições previstas em contrato, aos Prestadores de Serviço de Saneamento que investirem na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs).

São elegíveis no âmbito do PRODES aquelas ETEs ainda não iniciadas; em fase de construção com, no máximo, 70% do orçamento executado e ampliações ou melhorias que signifiquem aumento da capacidade de tratamento e/ou da eficiência de tratamento.

Em 2012, a carga removida pelos empreendimentos apoiado pelo Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas obteve a média de remoção de 29.798,01 Kg de DBO/dia, o que correspondeu a 10.876,27 toneladas de DBO removida nesse ano.

Em 2013 foram abatidos e certificadas a remoção de 7.610,82 ton de DBO, o que corresponde a remoção média de 20.851,56 Kg de DBO/dia.

Em 2014, a média anual de remoção foi de 24.478,38 kg DBO/dia, correspondendo à remoção total de 8.935 ton de DBO no ano.

Em 2015, a média\* anual foi de 36.101,59 kg DBO/dia, totalizando 13.177,08 toneladas de DBO.

Dessa forma, no período compreendido entre 2012 e 2015, 20 ETEs contribuíram para abater cerca de 40.600 toneladas de DBO, com uma média anual de 27.807,39 kg DBO/dia.

\* A média final só poderá ser apresentada ao final do mês de março, visto que o último trimestre ainda não foi verificado. Alguns meses foram previstos com base na média nos meses anteriores certificados.

\*\* Esse valor sofrerá alteração após o recebimento de informações sobre o último trimestre de 2015.

Contribuíram para remoção de carga de DBO durante os anos de 2012 a 2015 as seguintes ETEs:

Nome da ETE	Localidade
Lavapés	São José dos Campos/SP
Hortolândia	Hortolândia/SP
Piracicamirim	Piracicaba/SP
Padilha Sul	Curitiba/PR
Barbosa Laje	Juiz de Fora/MG
Onça	Belo Horizonte/MG



Cachoeira Paulista	Cachoeira Paulista/SP
ETE Guararema	Guararema/SP
ETE Paratei	Paratei/SP
ETE Dornelas	Muriá/MG
ETE Francisco Veludo	Uberaba/MG
ETE Betim Central	Betim/MG
ETE Monjolinho	São Carlos/SP
ETE Bragança Paulista	Bragança Paulista/SP
ETE Conchas	Conchas/SP
ETE Pedreira	Pedreira/SP
ETE Capim Fino	Piracicaba/SP
ETE Campos de Boituva	Boituva/SP
ETE Central	Jacarei/SP
ETE Correios	Volta Redonda/RJ

ETES contratadas entre 2012 a 2015

Ano de contratação	Nome da ETE	Localidade
2012	Patos de Minas	Patos de Minas / MG
2012	Central	Jacarei/SP
2012	Serraria	Porto Alegre / RS
2013	Veneza	Ribeirão das Neves / MG
2013	Igarapé	Igarapé e S.Joaquim de Bicas/MG
2013	São Gotardo	São Gotardo / MG
2013	Mateus Leme	Mateus Leme/MG
2013	Carmo do Paranaíba	Carmo do Paranaíba/MG
2013	Sarandi	Porto Alegre / RS
2013	Mário Araldo Candello	Indaiatuba/SP
2013	Cataguases	Cataguases/MG
2013	Barreiras	Barreiras / BA
2013	Correios	Volta Redonda/RJ
2013	Pararangaba	São José dos Campos/SP
2014	Erechim	Erechim/RS
2014	Conquistinha	Uberaba/MG
2014	Fazendinha	Porto ferreira/SP
2014	Barbados	Colatina/ES
2014	Ribeirão das Neves - Sede	Ribeirão das Neves/MG
2014	Caratinga	Caratinga/MG
2014	União Indústria	Juiz de Fora/MG
2014	Timóteo-Cel.Fabriciano	Timóteo
2015	Itapeçerica*	Divinópolis/MG
2015	Laranjal*	Pires do Rio/GO
2015	Nerópolis*	Nerópolis/GO

\* em fase final de contratação

Quantidade alcançada: 27.807,39 Kg DBO/Dia - média anual

Data de Referência: 12/01/2016

#### Meta: Revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Meio Ambiente

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Foram apoiados com transferência de recursos projetos para revitalização em 10 sub-bacias na Região Hidrográfica do Rio São Francisco, sendo 4 sub-bacias na região do Alto São Francisco, 4 sub-bacias no Médio São Francisco, 1 no Submédio São Francisco e 1 no Baixo São Francisco.

Na Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste, destaca-se o projeto realizado no município de São João de Meriti para recuperar a sub-bacia de 7,1 ha, por intermédio do plantio de cerca de 15.000 espécies nativas do bioma Mata Atlântica e atividades de educação ambiental e mobilização social.

Na região hidrográfica do Paraguai foram apoiados projetos em 3 sub-bacias com a continuidade das ações de recuperação e conservação ambiental na microbacia hidrográfica das nascentes do rio Aquidauana em Mato Grosso do Sul; o projeto de recuperação das nascentes e mobilização para conservação dos recursos hídricos do pantanal matogrossense, na sub-bacia do Rio Paraguai, no Estado de Mato Grosso e capacitação para o desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica do rio Taquari.

Na Região Hidrográfica do Tocantins Araguaia a continuidade de apoio ao projeto de recuperação de Ipucas (fragmentos florestais naturais sazonalmente alagados) na planície do Araguaia no Estado do Tocantins.

Foram apoiados 2 Projetos: "Conservação e Revitalização da sub-bacia do rio Uberabinha", visando a melhoria da qualidade e quantidade de água dos mananciais que abastecem o município de Uberlândia em Minas Gerais; e "Revitalização do Parque Ambiental Chico Mendes" no município de Rio Branco/Acre, que prevê obras de recuperação da infraestrutura do Parque e atividades de educação ambiental.

Quantidade alcançada: 17 unidade

Data de Referência: 30/12/2015

Considerações: A restrição orçamentária foi um obstáculo para que as metas estipuladas fossem alcançadas em sua totalidade no período compreendido.





Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	15	unidade	2	31/07/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	6	unidade	1	31/12/2014
Região Hidrográfica Paraguai	9	unidade	3	31/12/2015
Região Hidrográfica São Francisco	24	unidade	10	31/12/2015
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	6	unidade	1	31/12/2015

#### INICIATIVAS

##### Iniciativa: 02GZ - Despoluição de bacias hidrográficas

###### Informações Básicas

Individualizada: Não

##### Iniciativa: 02H1 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais em Bacias Hidrográficas

###### Informações Básicas

Individualizada: Não

##### Iniciativa: 02H2 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais na Bacia do São Francisco

###### Informações Básicas

Individualizada: Sim

###### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Dentre as ações prioritárias desenvolvidas em favor da revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco no período de 2012-2015, destacam-se:

- Apoio a realização de três Etapas do Programa de Fiscalizações Preventivas Integradas - FPI, nos municípios de Irecê/BA, Barreiras/BA e Santa Maria da Vitória/BA, em parceria com o Ministério Público do Estado da Bahia. Nestas Operações detectou os danos ambientais ocorridos na região e buscou-se propor formas de mitigação, reparação e/ou compensação dos passivos ambientais, responsabilização dos degradadores e prevenção de novos danos ambientais. Com a finalização das atividades do Projeto de Fortalecimento à FPI, em parceria com o Ministério Público Estadual da Bahia, ocorreu a publicação do livro "Diagnóstico da Bacia do São Francisco" no estado da Bahia, com o intuito de compartilhar a experiência da FPI com Ministérios Públicos de outros estados, da Bacia do Rio São Francisco, a fim de que estes incorporem a prática em suas atividades, promovendo maior eficiência nos trabalhos voltados à proteção do meio ambiente.
- Apoio ao Projeto de Pesca no Médio São Francisco, a partir da caracterização do setor pesqueiro na cidade de São Francisco - MG a fim de implementar e difundir uma política de uso compartilhado e racional dos recursos naturais da região. A gestão dos recursos pesqueiros é uma ferramenta imprescindível para a gestão do uso sustentável desses recursos, frente aos diversos impactos ambientais que afetam a bacia;
- Apoio às atividades realizadas pelo Centro de Recuperação de Áreas Degradadas - CRAD na região do Alto São Francisco, em parceria com a Universidade Federal de Lavras - UFLA, no Baixo São Francisco, com a Universidade Federal de Alagoas - UFAL e na região do Submédio São Francisco, em parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, que além de dar orientações aos técnicos e aos produtores rurais da região de abrangência, coube aos CRADs: difundir a necessidade de proteção dos remanescentes florestais e implantação de projetos de recuperação; promover cursos de capacitação técnica, com vistas a regatar, também, as experiências práticas de reflorestamentos feitas pela população local; implantar e difundir modelos demonstrativos de restauração de ambientes florestais; e promover trabalho de articulação interinstitucional, em busca de novas parcerias;
- Contratação de consultoria para atualização e complementação do diagnóstico do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Realça-se o contingenciamento de aproximadamente 80% dos recursos previstos para execução desta iniciativa.

Dessa forma os resultados da iniciativa demonstram que os recursos alocados foram otimizados a partir das parcerias a fim de contribuir para minimizar a degradação ambiental e recuperar o regime natural dos recursos hídricos, bem como melhorar a qualidade de vida da população que reside na bacia do São Francisco.

##### Iniciativa: 02H3 - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba

###### Informações Básicas

Individualizada: Sim

###### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: Até o ano de 2015, foram concluídos 11 empreendimentos para a recuperação e controle de processos erosivos em diversos municípios nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Piauí, abrangidos pelas Bacias do São Francisco e do Parnaíba.

- Foram concluídos 9 empreendimentos para a recuperação e controle de processos erosivo, sendo:
- Recuperação ambiental de áreas degradadas na sub-bacia do rio Pará Carmópolis de Minas (MG);
  - Construção de 11.610 barraginhas na mesorregião de águas emendadas no Vale do Urucuia (MG);
  - Recuperação ambiental da sub-bacia Hidrográfica do Rio Pajeú (PE);
  - Implantação de unidade demonstrativa de controle de voçorocas em Santa Filomena (PI);
  - Implantação da estação de Piscicultura de Petrolina (PE);
  - Recuperação ambiental de áreas degradadas da bacia do Rio Verde - Itaguaçu da Bahia/BA;
  - Recuperação ambiental de sub-bacia hidrográfica - Riacho das Pedras/BA;



Recuperação de áreas degradadas e controle de processos erosivos na Sub-Bacia do Rio Jacaré - microbacia dos Riachos das Pedras e Lagoinha, próxima ao município de Cafarnaum;  
Estação de Piscicultura - Implantação - Três Marias/MG.  
Recuperação das margens do SF no trecho da Hidrovia - Ilhas Tapera no estado da Bahia; e  
Implantação do Centro de Referência em recuperação de Áreas degradadas na região da Mata Seca no estado de Minas Gerais.  
Encontra-se em execução os seguintes empreendimentos:

No estado de Minas Gerais

- Implantação de infraestrutura de produção de alevinos, aquisição de equipamentos para o Centro Integrado de Revitalização de Recursos Pesqueiros - Município de Nova Porteirinha/MG;
- Recuperação Ambiental da Calha do São Francisco com a implantação de infraestrutura para conservação e revitalização de sub-bacias: construção de barraginhas, proteção de nascentes, proteção de mata ciliar e de topo de morros, readequação de estradas vicinais e implantação de terraços;
- Recuperação Ambiental de Sub-bacia Hidrográfica com a readequação de estradas vicinais, terraceamento e construção de barraginhas em Paraopeba e Paracatu;
- Recuperação Ambiental na Sub-bacia Hidrográfica com a implantação de infraestrutura para conservação e revitalização de sub-bacias: construção de barraginhas, proteção de nascentes, proteção de mata ciliar e de topo de morros, readequação de estradas vicinais, implantação de terraços nos Rio Jequitaiá, Rios das Velhas, Rio Pará, Rio Verde Grande, Rio Abaeté, Riachão e Rio Urucuia;
- Sistemas de Monitoramento da Água - Instrumentação - Sub-bacia do Rio das Velhas, Rio Verde Grande, Riachão e Rio Jequitaiá.

No estado da Bahia

- Implantação de infraestrutura de produção de alevinos, aquisição de equipamentos para o Centro Integrado de Revitalização de Recursos Pesqueiros - município de Xique-Xique/BA;
  - Recuperação Ambiental de Sub-bacia Hidrográfica - Rios Carinhanha, Corrente e Grande/BA
- (3) Execução das obras de contenção de barrancas na calha do rio São Francisco, nos municípios de: Muquém de São Francisco/BA, Sítio do Mato/BA e Malhada/ BA.

No estado do Piauí

- Contenção de área de 131 ha de dunas, além de biocoberturas de 6.405 m, no perímetro urbano do município de Ilha Grande;
- Revitalização da microbacia do Riacho do Sucuruí em Gilbuês/PI;
- Implantação de viveiros de referência nas principais sub-bacias do Piauí;
- Implantação de rede de monitoramento qualitativo e quantitativo da água nos reservatórios da bacia do rio Parnaíba, no estado do Piauí.

No estado de Alagoas

Implantação de infraestrutura de produção de alevinos, aquisição de equipamentos para o Centro Integrado de Revitalização de Recursos Pesqueiros de Porto Real do Colégio. Constitui importante suporte a produção de alevinos espécies nativas destinadas ao peixamento do Rio São Francisco, Região do Baixo São Francisco, a partir da Barragem de Xingó - Revitalização Hidrológica do Rio São Francisco.  
Implantação do Centro de Referência de Recuperação de Áreas Degradadas, na bacia do rio São Francisco pela UFAL.

No estado de Sergipe

- Implantação de infraestrutura de produção de alevinos, aquisição de equipamentos para o Centro Integrado de Revitalização de Recursos Pesqueiros de Betume - município de Neópolis/SE. Constitui importante suporte a produção de alevinos espécies nativas destinadas ao peixamento do Rio São Francisco, Região do Baixo São Francisco, a partir da Barragem de Xingó - Revitalização Hidrológica do Rio São Francisco.

No estado de Pernambuco

- Elaboração do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Araripe, composto de Plano de implantação de florestas exóticas (eucaliptos) para atender à demanda de carvão vegetal dos fornos do complexo industrial gesso do Araripe; Plano Manejo da Caatinga; e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.
- Implantação do Centro de Referência em recuperação de áreas degradadas do semiárido em Serra Talhada.

Na Bacia do Rio Parnaíba

Implantação do Parque das Nascentes – Parnaíba;

Na Bacia do Rio São Francisco

Registra-se, ainda, que se encontra em execução o contrato celebrado com o United States Army Corps of Engineers – USACE, para a prestação de assistência técnica ao longo do rio São Francisco, em regime de tempo integral, com especialistas nas áreas hidráulica, geotécnica, dragagem e engenharia de construção, incluindo outras especialidades a serem requeridas pela Empresa, com experiência em estabilização de margens de rio, controle de erosão, dragagem, escavação em rocha e navegação.

Um dos principais fatores que dificultaram a execução das ações foi o tempo necessário para obter adesão dos proprietários aos projetos, a autorização para implementação das ações e o compromisso de manutenção das intervenções.

#### **Iniciativa: 04C7 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios das Bacias do Pantanal Matogrossense e Sul-Matogrossense**

##### **Informações Básicas**

Individualizada: Sim

##### **Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Iniciativa: Não existe ação orçamentária vinculada à iniciativa, criada por emenda parlamentar.

#### **Iniciativa: 04C8 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios das Bacias dos Rios Taquari e Vermelho**

##### **Informações Básicas**

Individualizada: Sim

##### **Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Iniciativa: Não existe ação orçamentária vinculada à iniciativa, criada por emenda parlamentar.



**Iniciativa: 04C9 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios da Bacia do Rio da Prata**

**Informações Básicas**

Individualizada: Sim

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Iniciativa: Não existe ação orçamentária vinculada à iniciativa, criada por emenda parlamentar.

**Iniciativa: 04CA - Revitalização Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Parnaíba**

**Informações Básicas**

Individualizada: Sim

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Iniciativa: Não existe ação orçamentária vinculada à iniciativa, criada por emenda parlamentar.

**Iniciativa: 04DT - Preservação, Conservação, Recuperação e Uso sustentável dos recursos naturais na Bacia do Rio Taperoá**

**Informações Básicas**

Individualizada: Sim

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Iniciativa: Não existe ação orçamentária vinculada à iniciativa, criada por emenda parlamentar.